

A REPRODUÇÃO AMPLIADA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

O Projeto Canarana - Pioneiros Gaúchos no Norte Matogrossense

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade de Campinas.

por .

Iselda Corrêa Ribeiro

*Este exemplar corresponde a redação
final da tese defendida pela Sra.
Iselda Corrêa Ribeiro e aprovada
pela Comissão Julgadora.
Campinas, 20 de novembro de 1986.*

Mandy

Campinas, Setembro de 1986.

U N I C A M P
BIBLIOTECA CENTRAL

A Mayalu,

Apoena e

Uarã

AGRADECIMENTOS

Acreditamos que todo trabalho é, na verdade, produto de muitos. Embora de responsabilidade individual, deste trabalho participaram, através de seus conhecimentos, críticas e sugestões, amigos e professores aos quais devo expressar minha fraterna gratidão:

- À Universidade Federal do Mato Grosso, pela oportunidade de participar do Curso.
- Aos pioneiros de Canarana, pelo apoio e confiança depositados neste trabalho, sem os quais seria impossível a sua realização.
- Ao Prefeito de Canarana, Francisco de Assis (Diá), pela amizade e apoio na realização da pesquisa, assim como aos seus funcionários, pela atenção e contribuição no fornecimento de dados.
- A diretores e técnicos das Instituições - Cooperativa Agropecuária Mixta Canarana (COOPERCANA), Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. (COOPERCOL), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso (EMATER), pela importância das informações prestadas.
- À professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, minha orientadora de tese, amiga e exemplo de seriedade intelectual, pela confiança em mim depositada.
- Aos professores da UNICAMP, Sérgio Silva, José Graziano da Sil-

va, Daniel Hogan, assim como aos demais, cuja convivência e conhecimentos transmitidos alicerçaram a base teórica de reflexão e apoio no desenvolvimento deste trabalho.

- Aos professores José Vicente Tavares, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Ariovaldo Humbelino de Oliveira, da USP, pelas críticas e sugestões recebidas.
- Ao Grupo de Estudos Rurais da Amazônia da UFMT (GERA), pelo estímulo e pelas contribuições dadas.
- Ao professor Eudson de Castro Ferreira, da UFMT, colega e amigo que acompanhou e estimulou todos os passos desta monografia.
- A Neila Corrêa Ribeiro, pelo esmero e dedicação na datilografia.
- Ao professor Antonio Rodrigues Pimentel, Departamento de Letras da UFMT, pelo cuidado e atenção na revisão do texto.
- Aos colegas de curso da UNICAMP, pelas discussões e os momentos reflexivos que colaboraram para clarear os objetivos deste trabalho.
- A meus pais, pelo apoio afetivo...
- A Tadeu Severo Medeiros, pelo companheirismo e estímulo sempre presentes, com quem dividi descobertas, angústias e tensões naturais nesse processo de maturação intelectual.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
PARTE I - O PROJETO CANARANA	11
1. Subsídios Históricos de Tenente Portela	12
2. O Colono Pioneiro e a Criação da Coope- rativa de Colonização 31 de Março Ltda.	22
3. O Projeto Canarana	41
3.1 - Programação Fundiária	47
3.2 - Custos e Financiamento do Projeto Canarana	50
PARTE II - A REPRODUÇÃO AMPLIADA DOS PIONEIROS DE TE- NENTE PORTELA EM CANARANA (1972-1984)	52
4. A Chegada dos Colonos Pioneiros da COO- PERCOL em Canarana (1972-1973)	54
5. De Colonos a Colonizadores	62
6. De Colonizadores a Empresários Rurais	73
6.1 - Estrutura da Propriedade e Uso da Terra	76
7. A Comercialização da Produção	83
8. As Relações com a Cooperativa	88
9. As Relações com o Banco do Brasil	97
10. O Patrimônio Atual dos Pioneiros (1984)	102
11. As Relações Políticas	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
ANEXOS	122
BIBLIOGRAFIA	132

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estudar as transformações de um determinado grupo de produtores rurais de Tenente Portela, Rio Grande do Sul, da unidade familiar que, através de uma cooperativa de colonização, em área da chamada "Amazônia Legal", no município de Canarana, Estado do Mato Grosso, buscam sua reprodução ampliada.

Tentaremos demonstrar que esta ascensão econômica só foi possível pelas alianças realizadas entre este grupo com o seu líder da Igreja Luterana, o pastor Norberto Schwuantes e o governo militar.

Os limites deste estudo estão em analisar um processo de colonização historicamente determinado, que tem como agente social o pioneiro da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., e nele buscar entender as formas específicas do avanço do capital numa determinada área de fronteira agrícola, bem como as relações sociais aí produzidas.

Assim, os agentes sociais, como os colonos, os posseiros, os trabalhadores rurais e o grupo técnico contratado pelos pioneiros para administrarem a cooperativa de colonização, só serão tratados na medida em que explicam o grupo pioneiro.

Gostaríamos de colocar aqui os caminhos que percorremos para entendermos este processo de colonização determinado e a reprodução dos pequenos produtores como empresários rurais na Amazônia Legal.

Em 1982, a grande maioria dos colonos assentados pela Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., na região do Médio Araguaia, oriundos da implantação de dezessete projetos de colonização particular, estava sendo, naquele momento, expropriada de suas terras.

Os jornais, a televisão, enfatizavam a todo instante a "quebra" dos colonos na região devido à crise do arroz e à política dos preços mínimos do governo João Figueiredo, presidente do Brasil na época.

Tínhamos conhecimento, na Universidade, que grande parte dos colonos não se encontrava mais na região; que muitos tinham vendido suas terras para empresários de São Paulo e do Sul do país e comprado outras nos projetos do INCRA em áreas mais distantes da Amazônia; outros trabalhavam como capatazes nas grandes fazendas de agropecuária e outros, ainda, tinham-se tornado assalariados.

A necessidade de entendermos mais de perto este processo, os conflitos na região do Médio Araguaia, levou-nos a escolher como objeto de estudo para a dissertação de mestrado, o pioneiro da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. (COOPERCOL).

É do conhecimento dos lavradores, dos posseiros, dos trabalhadores rurais da Amazônia e de toda a comunidade científica, que a colonização, tanto a oficial como a particular, não tem dado certo neste país. Mas não tem dado certo para quem? Para o colono ou pa-

ra o capital? Para o colono todos sabemos que fracassou. E para o capital?

Assim, quando definimos os pioneiros do Projeto Canarana como objeto de estudo, no sentido de delimitarmos nossa pesquisa, foi pensando que os mesmos estavam sendo expropriados. Este fato aparentemente pareceu ser confirmado na nossa primeira visita a Canarana em julho de 1983.

Fomos a Canarana com o objetivo de conhecermos a região e levantarmos os primeiros dados. Na Prefeitura, os colonos souberam que estávamos naquele local para realizarmos uma pesquisa sobre a sua história. Horas depois nos vimos envolvidos numa reunião na Câmara de Vereadores com vários colonos, que expuseram seus problemas apontando três indicadores para explicar a perda de suas terras: a Cooperativa Agropecuária Mixta Canarana Ltda., o Banco do Brasil e a política dos preços mínimos do governo federal, ou seja, a CFP - Comissão de Financiamento à Produção.

Nessa reunião não procuramos identificar a origem do projeto a que pertencia cada colono: Projeto Canarana I, II, III, Serra Azul, Culuene, etc.

Após a reunião coletiva estivemos em alguns lotes colhendo história de vida de oito colonos pioneiros.

Em junho de 1984 voltamos a Canarana com nosso objeto de estudo definido - o pioneiro do Projeto Canarana. Entrevistamos 36 pioneiros, evitando entrevistar pai e filho. Buscamos entrevistar todos que se encontravam em Canarana naqueles dias, percorrendo seus lotes rurais. Na verdade, os 80 lotes do projeto estavam distribuídos entre parentes - pais, filhos, genros, etc. Três famílias ha-

viam adquirido mais de um lote no projeto.

Ao elaborarmos um quadro com os resultados preliminares das entrevistas, constatamos que a grande maioria dos pioneiros do Projeto Canarana mantinha a propriedade da terra, tinha adquirido mais lotes de outros colonos de projetos diferentes, continuava com as suas colheitadeiras, tratores, etc., e possuíam empregados assalariados permanentes. Eram naquele momento fazendeiros, sem dívidas para com o Banco do Brasil, não estando subordinados a essa instituição financeira nem à cooperativa.

A partir destes dados, surgiram as questões; Quem são estes pioneiros? Quem eram eles lá no Sul? Se tínhamos dados concretos de que grande parte de colonos havia "quebrado", perdido sua terra, por que grande parte dos pioneiros são hoje fazendeiros? Qual sua relação com a cooperativa de colonização, com o governo federal?

Dessa forma, surgiram as hipóteses:

- Que a maioria destes pioneiros não são atualmente pequenos produtores camponeses. São empresários rurais.
- Que as pré-condições para se tornarem empresários rurais em Canarana já estavam postas no Sul, em Tenente Portela (tinham juntado algum dinheiro e/ou capital através da produção de alimentos) e criaram uma empresa de colonização que iria assegurar o êxito de seu empreendimento.
- Que em Tenente Portela, ao fundarem a Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., as alianças com o governo federal já estavam firmadas.

Assim, ao invés de trabalhar com o oprimido, passamos a estudar um segmento da classe burguesa, ou seja, o processo de reprodução ampliada de um grupo de pequenos produtores rurais para a classe burguesa, através da colonização. Ao mesmo tempo, buscamos entender o avanço do capital na fronteira agrícola matogrossense através do processo de colonização e a participação do Estado nesse processo.

Assim, em termos metodológicos, as idéias, as hipóteses e mesmo a tese, foram se desenvolvendo à medida que analisávamos os dados pesquisados, buscando a compreensão do processo.

Desta forma dividimos o trabalho em duas partes; a primeira, O PROJETO CANARANA, onde tentamos, dentro dos nossos limites, reconstruir a situação histórica destes pioneiros em Tenente Portela, a criação da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., e as razões que os levaram a comprar terras em áreas distantes, na Amazônia Legal.

A segunda parte, A REPRODUÇÃO AMPLIADA DOS PIONEIROS DE TENENTE PORTELA EM CANARANA, no período de 1972 a 1984, é o estudo elaborado da pesquisa de campo. Tentamos demonstrar de que forma estes pequenos produtores, já em fase de transição para capitalistas, se reproduziram em Canarana, tendo como instrumento uma cooperativa de colonização, da qual eram os donos, e as relações sociais aí estabelecidas.

Dentro dos nossos limites, esperamos ter contribuído de alguma forma para a compreensão, num contexto mais amplo, do processo de colonização e o avanço do capital nas chamadas fronteiras agrícolas da Amazônia Legal, especificamente no Estado do Mato Grosso.

PARTE I - O PROJETO CANARANA

Nesta primeira parte procuramos reconstruir a situação histórica de uma determinada relação social, tendo como agentes sociais desse processo produtores rurais de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, os atores sociais da criação da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., e a política do Estado nesse processo. Neste sentido buscamos entender o processo de colonização no seu ponto de partida, ou seja, a sua origem, de que forma se deram as condições históricas para o Projeto Canarana - a criação da cooperativa de colonização e a política de colonização como instrumento do Governo Federal para restabelecer o controle e a dominação desse processo, tendo claro que a colonização é resultante de um processo econômico, político e ideológico.

1. SUBSÍDIOS HISTÓRICOS DE TENENTE PORTELA

O município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, localizado na micro-região do Alto Uruguai, na extremidade noroeste deste Estado, nos limites do Estado de Santa Catarina e Argentina, é a região de origem da maioria dos colonos pioneiros de Canarana e da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda.

Tenente Portela foi uma das últimas regiões a ser colonizada pelo Estado nos anos de 1940 a 1945. Até então suas terras eram povoadas por pequenas comunidades de posseiros e índios remanescentes da Reserva Indígena de Guarita.

Com a colonização, o governo do Estado legaliza as posses e realiza a ocupação efetiva de toda a região do Alto Uruguai. As terras são delimitadas em lotes de 25 ha, a chamada "colônia", característica de toda a região com mais de cinquenta municípios, onde domina a pequena propriedade.

Estas "colônias" foram distribuídas a colonos de origem alemã e italiana, descendentes dos imigrantes europeus que vieram para o Brasil no século XIX, desembarcando os alemães no município de São Leopoldo, às margens do Rio dos Sinos, em 25 de junho de 1825, e os italianos a partir de 1874. Estes imigrantes colonizaram extensa área do Rio Grande do Sul, onde implantaram as práticas da pe-

quena propriedade européia baseada na pequena produção - policultura auto-suficiente (trigo, milho, criação de suínos, etc.), no trabalho familiar e na produção direta dos meios de trabalho.

O governo do Rio Grande do Sul, ao dividir as terras da região do Alto Uruguai em colônias de 25 ha, critério de área talvez baseado na pequena propriedade européia regida pelo "minorato"(1), previu apenas a reprodução do grupo familiar no espaço de uma geração, pois a exigüidade dos lotes não resistiu ao fracionamento por herança, assim como foi incapaz de escapar à concentração fundiária, à modernização e à conseqüente migração do colonato para outras regiões e Estados do país.

Dessa forma, a história dos colonos de Tenente Portela é a história das sucessivas expropriações: de São Leopoldo para as regiões do Planalto e Alto Jacuí. Destas, em 1940, para a região do Alto Uruguai (Tenente Portela e municípios vizinhos), e a partir dos anos sessenta, para os Estados de Mato Grosso, Rondônia e Pará. Como afirmavam os pioneiros em Canarana: "Nós já fomos pioneiros em Tenente Portela e aqui somos de novo pioneiros"(2).

(1) Em "Colonos do Vinho", de José Vicente Tavares, se pode observar uma prática européia com referência à herança na pequena propriedade familiar onde apenas o filho mais moço herda a terra, o "minorato", procedimento que retarda ou dificulta o fracionamento, usado até poucos anos pelos imigrantes que vieram para o Brasil. "As regras preferenciais de herança protelaram a crise final da pequena propriedade, mas não a impediram. Ao longo do último meio século, a produção dos colonos foi progressivamente subjugada pelos comerciantes e industriais do vinho, apoiada por medidas governamentais". (José Vicente Tavares, "Colonos do Vinho", p.182).

(2) Entrevista com os pioneiros em Canarana, junho de 1984.

Em Tenente Portela, desde a sua colonização, sempre dominou a pequena propriedade com a presença das unidades familiares, onde os produtores se organizavam com base no trabalho familiar, direcionada pelo governo do Estado para a produção de alimentos para o mercado interno.

No período de 1945 a 1960, a pequena produção no município atingiu elevado nível na produção de alimentos para o mercado interno, tais como: trigo, fumo, milho, feijão, arroz, mandioca, horticultura e, por último, a soja, contribuindo para que a região do Alto Uruguai ocupasse o segundo lugar no Estado na produção de alimentos(3).

A comercialização da produção era efetuada pelas cooperativas de produção e consumo, situadas nos municípios vizinhos de Tenente Portela, onde todos os pequenos produtores da região eram associados.

Para entendermos o desenvolvimento da pequena produção de alimentos na região do Alto Uruguai, mais precisamente Tenente Portela, a crise da pequena propriedade, suas contradições, faz-se necessário, mesmo que de forma sucinta, conhecermos um pouco da história da economia do Rio Grande do Sul.

Num Estado historicamente agrário, palco desde o início de constantes revoluções armadas - as Guerras Cisplatinas, a Guerra dos Farrapos, a Guerra do Paraguai e a Revolução Federalista - a economia riograndense se resumia, além da produção de subsistên

(3) TRAUER, Oscar José. Concentração e Evolução Industrial no Rio Grande do Sul, P.Alegre, Departamento de Economia da PUCRGS, 1972, p.7. (Ensaio e Pesquisa, nº 5)

cia, na pecuária, na produção de couros e charque para exportação.

Nesse sentido, vários autores riograndenses apontam o desenvolvimento econômico do Estado como um "desenvolvimento tardio" com relação ao eixo São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, de corrente, assim, de uma "ocupação atrasada".

Em 1825, com a chegada dos imigrantes europeus, alemães e posteriormente italianos, poloneses, etc., que receberam do governo as piores terras em termos de fertilidade, formando as chamadas "colônias" distribuídas em pequenas propriedades, começa gradativamente a produção de alimentos para o abastecimento regional, passando a dominar a partir de 1900.

Esses colonos da unidade familiar, trazendo consigo as técnicas européias da pequena produção auto-suficiente com características da economia mercantil, implantam junto às colônias pequenas fábricas para a produção dos seus meios de trabalho e transporte. Segundo Geraldo Müller, "a organização agrária gaúcha, até por volta de 1950, pouco representava para a expansão industrial em termos de mercado, precisamente de haver criado um rosário de fabriquetas que produziam seus principais instrumentos de trabalho e de transporte, e de responsabilizar-se pela reprodução de sua mão-de-obra e seus familiares. Fugiam dessa situação alguns poucos estancieiros e grandes produtores de arroz e trigo"(4).

Grosso modo, podemos dizer que dominavam inicialmente as relações de trabalho familiar de um lado, e do outro, a partir mais es

(4) MULLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60, In: DACANAL, José, org. RS: Economia e Política, P. Alegre, Ed. e Propaganda Ltda., 1979, p.365.

pecificamente de 1920, com o início da produção de arroz, as relações capitalistas de produção com o surgimento dos empresários agrários que empregavam força de trabalho assalariada. Segundo Carrion Júnior, "a produção do arroz foi a primeira atividade tipicamente empresarial. (...) Em 1955, atingiu quase 40% da produção primária"(5), acrescentando, aqui, também a produção do trigo. A produção de bois e lã passou, assim, para o segundo lugar na economia gaúcha, ficando o terceiro para a incipiente indústria voltada fundamentalmente para a transformação das matérias-primas da região (produção de alimentos, vestuário, calçados, bebidas, couros, madeiras, fumo, mobiliário e outros).

Em 1950, 70% da classe trabalhadora do Estado residia em áreas rurais. Estimulava-se, assim, uma atividade primária cujas funções principais dirigiam-se à produção de alimentos, numa típica função de redução de custos de mão-de-obra urbana, geração de matérias-primas essenciais à atividade industrial, e substituição de importação, como era o caso do trigo.

Em 1945 inicia a crise nas regiões das colônias, principalmente em São Leopoldo, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, etc. No entender de Jean Roche(6) essa crise derivou do "esgotamento" do sistema agrário das colônias. Alguns colonos da pequena produção camponesa voltada para a produção de alimentos para o mercado interno, se-

(5) CARRION JR., Francisco, A Economia do Rio Grande do Sul - Evolução Recente, In: DACANAL, Jose, org. RS: Economia e Política, P.Alegre, Ed. e Propaganda Ltda., 1979, p.179.

(6) Sobre este assunto ver ROCHE, Jean, A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul, P.Alegre, Globo, 1939.

riam expropriados, perdendo suas propriedades rurais, tornando-se trabalhadores assalariados e migrando para a zona urbana; outros seriam deslocados pelo governo estadual para a região do alto Uruguai, através do processo de colonização, como já vimos anteriormente.

A partir da década de 60, o Estado do Rio Grande do Sul, já com sua estrutura agrária consolidada, paralelamente à política de criação de um pólo industrial mais sofisticado na Grande Porto Alegre, com um gradativo privilégio das indústrias de "bens duráveis", desencadeia o processo de modernização da agricultura, desenvolvendo uma política econômica de incentivos ao cultivo do trigo e da soja.

Segundo Bernard Sorj, "foi no Rio Grande do Sul e Paraná que se deu a maior expansão da produção de trigo e soja, geralmente em áreas de colonização mais recente ou de imigrantes europeus. (...) O acoplamento entre trigo e soja é natural, na medida em que eles se utilizam praticamente da mesma maquinária e seu cultivo se dá em épocas diferentes do ano."(7)

Dessa forma, a lavoura do arroz, trigo-soja, vai ganhando o papel gerador de divisas essenciais ao novo desenvolvimento industrial, ocupando, nesse espaço, a soja um lugar estratégico. Segundo Carrion Júnior, "o avanço rápido da lavoura empresarial da soja, agora através do binômio soja-trigo, estimulada por uma ampla gama de incentivos (preços elevados no mercado internacional, grande e eficácia do sistema cooperativo na política de comercialização e di

(7) SORJ, Bernardo, Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980, p.53

fusão de técnicas, estímulos fiscais e a política de financiamentos públicos, vantagens às indústrias ligadas ao setor, e a alta e lasticidade da demanda internacional do produto), ocupa não só os espaços vazios da economia, como cria pela primeira vez na história gaúcha uma forte liquidez de imóveis rurais, o que, por si só, como já nos referimos, determina o fim do equilíbrio anteriormente constatado nos demais setores."(8)

Como resultado, a economia regional volta-se fundamentalmente para a produção monocultural da soja, chegando esta nos anos de 1968/69 a 1978 a duplicar, passando a ser responsável em certos momentos por quase 70% das exportações do Estado(9). Dessa forma, como a estrutura da propriedade rural mantém-se intocável e até com tendências à reconcentração, os grandes empresários da soja resolvem o impasse através do arrendamento de terras anteriormente ligadas à pecuária, muito comum à produção de arroz nesse Estado. Como aponta Carrion Júnior, 50% da produção da soja passa a se realizar em terras arrendadas(10). Segundo ainda o mesmo autor, a nível de estrutura de emprego, aumenta o número de assalariados rurais enquanto diminui o número de pequenos proprietários e parceiros voltados para a pequena produção de alimentos.

Como forma de resolver o impasse das tensões sociais surgidas, o governo do Estado volta-se para a implantação da política de colonização, transferindo os pequenos produtores camponeses que "perderam suas propriedades rurais", ou em vias de perdê-las para

(8) Carrion Júnior, op.cit.

(9) Ibid.

(10) Ibid.

as regiões de fronteiras agrícolas, no caso para os Estados de Mato Grosso, Pará, etc., estimulando, também, a partir do próprio Estatuto da Terra, a criação de colonizadoras particulares, convidando as grandes cooperativas existentes no Estado para colonizarem no Estado do Mato Grosso, como no caso da COTRIJUI(11), incentivando e estabelecendo alianças com grupos interessados em criar uma cooperativa de colonização.

Esta é a situação concreta que define as alianças do governo Médice e, em seguida, do governo Geisel com a Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. em 1971.

O governo do Estado, ao dar prioridade para a produção do trigo e soja, viabiliza a modernização da agricultura com a abertura de créditos subsidiados para o maquinário e custeio à produção, com a intermediação das cooperativas de produção e consumo, exigindo dos camponeses, unidade familiar, pequenos produtores de alimentos tradicionais, uma tecnificação mínima, alterando a base técnica da produção com a intensificação da mesma - tratores, fertilizantes, adubos, etc., e desarticulando dessa forma a pequena produção familiar.

Em Tenente Portela, a partir dessa evolução estimulada pelo Estado, houve uma diversificação camponesa, ou seja, os pequenos produtores não seriam mais os mesmos. Alguns conseguiram comprar e arrendar mais terras, especializando-se na produção de trigo-soja; outros perderam as terras e outros permaneceram na produção de sub

(11) Ver nota de rodapé nº 19

sistência. Dessa forma surgem na periferia da pequena sede do município as favelas como as de Posse, Caxambu, formadas pelos novos "trabalhadores livres", camponeses sem terra, com o aumento gradativo do futuro "exército de reserva" da região.

No fim dos anos 60, em toda a região do Alto Uruguai e fundamentalmente em Tenente Portela, se intensificou a luta pela terra, criando-se um clima de tensão social no município, gerado por diversos fatores: o fracionamento das terras por herança, exaustão do solo, a mudança na base técnica da produção como fator de desestabilização camponesa, o direcionamento do governo estadual para a monocultura da soja, trigo e arroz, que exigia uma área maior de cultivo, etc. Em 1970 existiam no município 4.000 "minifúndios", com o tamanho médio de 10 ha(12).

Em plena crise da produção de alimentos tradicionais como o fumo, milho, mandioca, os pequenos produtores de Tenente Portela, em sua maioria associados às cooperativas de produção dos municípios vizinhos, tornam-se cada vez mais dependentes das mesmas, ao mesmo tempo que perdem o estímulo e confiança nesse tipo de organização(13). Como afirma Arlindo Schwantes, "... o cooperativismo estava desacreditado para os colonos que possuíam amargas experiên-

(12) ROWER, Orlando, Assim Nasceu Canarana, Coopercana, Barra do Garças, 1981, p.9, mimeo.

(13) Segundo Maria de Nazareth Wanderley, "é através da cooperativa que o capital incorpora o pequeno produtor ao mercado de produtos industriais, ampliando o espaço de acumulação, o que é feito, na medida em que a cooperativa funciona como repassadora dos financiamentos bancários dos contratos estabelecidos, condição para que os produtores adquiram os insumos modernos. Isto permite superar a nível de capital - os obstáculos da debilidade econômica do camponês e da atomização de sua produção" (de sua obra "O Camponês": Um Trabalhador para o Capital", p.66)

cias com a má comercialização, fracasso administrativo, etc." (14)

Assim, para a maioria dos pequenos produtores de alimentos, em vias de perder sua terra, essa experiência cooperativista tinha significado o fim da sua autonomia produtiva. Outro grupo de também pequenos produtores que se diferenciava dos demais pelo seu espírito capitalista e pela capacidade de gerenciar seus negócios, ainda dentro dos limites da pequena propriedade, conhecendo talvez as vantagens da organização empresarial através das cooperativas, resolve, junto às lideranças locais da igreja luterana, criar uma cooperativa de colonização. Esta tem a finalidade de adquirir mais terras, objetivando reproduzir-se de forma ampliada.

(14) SCHWUANES, Arlindo, As Migrações Internas na Transformação Sócio-Cultural da Região dos Cerrados do Norte do Mato Grosso. Barra do Garças, mimeo, 1982. O Sr. Ivaldo, pioneiro em Canarana, que foi nove anos presidente de uma cooperativa no Alto Uruguai, disse numa entrevista: "Desisti porque botaram gente que não presta. Cooperativa não pode ficar rica. Hoje os gerentes querem fazer nome para ficarem ricos".

2. O COLONO PIONEIRO E A CRIAÇÃO DA COOPERATIVA DE COLONIZAÇÃO 31 DE MARÇO LTDA.

A criação da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. (COOPERCOL), no nosso entender, não foi fruto apenas de um pequeno grupo de líderes religiosos da igreja luterana de Tenente Portela, liderada pelo pastor Norberto Schwuantes, e sim resultou de uma aliança de pequenos produtores rurais em fase de transição para capitalistas com este grupo e o governo federal. Esta aliança surgiu para buscar soluções e realizar aspirações de ascensão econômica de seus pares e se consolidou através da igreja com o apoio do Estado.

Esses pequenos produtores, como parte de um segmento da classe camponesa(15), em sua maioria de origem alemã, se diferenciava

(15) Cabe deixar claro de início o que entendemos por pequena produção camponesa. As tentativas de conceituar o camponês têm sido bastante divergentes. No entanto, para o alcance de nossos objetivos, o termo será definido segundo a organização do trabalho e da produção, utilizando a colocação de José Grazia no da Silva:

Para o autor, são quatro os elementos fundamentais para definir a produção camponesa: "a) utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles; c) existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de trabalho) que permitam uma produção de excedentes, destinados ao mercado. Deve ficar claro que, embora a produção se destine em grande parte para o autoconsumo, não se trata unicamente de produção de alimentos; por outro lado, não se trata de vender o que sobra do consumo, mas sim de realizar

dos demais camponeses pobres(16), devido sobretudo ao fato de produzirem além da cultura de subsistência - milho, verduras, porcos, galinhas, etc. - uma cultura anual - soja, trigo, arroz, fumo - o que lhes permitia juntar um excedente. 100% tinha como atividade agrícola principal a soja, seguida do milho, trigo, etc., como podemos ver no quadro a seguir;

QUADRO I

Distribuição dos Pioneiros, proprietários de terras, de acordo com as atividades agrícolas - Tenente Portela - 1971

Atividade Agrícola	Porcentagem
Soja	100.0
Trigo	38.5
Milho	73.0
Fumo	11.5
Suínos	30.7
Arroz	19.2
Cultura de Subsistência	100.0

Fonte: Investigação de Campo - Canarana, 1984

uma produção voltada para o mercado com a terra, a força de trabalho e os meios de trabalho que sobram da produção de subsistência. Sob esses aspectos, a produção camponesa pode ser vista como uma produção mercantil simples; d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria. Sendo assim, não só o proprietário, como também o parceiro, o arrendatário, o posseiro, podem se configurar como formas de produção camponesa". Acrescentamos ainda o colono, o "minifundista". SILVA, J.F. Graziano da, (coord) Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Editora Hucitec, 1978, p.3-4.

- (16) Estes camponeses pobres, segundo o Assessor Jurídico da COOPERCOL e autor do Projeto Canarana, produziam apenas culturas de subsistência como o milho, mandioca, galinhas, etc. e estavam na "rampa da indigência". Em 1971 a COOPERCOL, atendendo um pedido do INCRA, participa da sua transferência através da colonização oficial, para Altamira no Estado do Pará. Em média, foram 732 famílias nesse programa de colonização. Entrevista, Cuiabá, 1984.

Como podemos ver, 100% dos colonos pioneiros, proprietários de terra, plantavam soja. Classificados por alguns autores e pelo próprio Estado como "pequenos empresários familiares", entendemos que esses pequenos produtores, embora estivessem se organizando numa empresa de colonização da qual eram os reais donos (como veremos mais adiante neste trabalho), estando em fase de transição para capitalistas, ainda não o eram, visto que a unidade básica de produção era a família. Embora possuíssem, na sua maioria, espírito capitalista, ou seja, soubessem como gerenciar seus negócios, tinham limites na pequena propriedade. Daí o objetivo de adquirirem mais terras para poderem mecanizar a agricultura.

QUADRO II

Distribuição da Área das Propriedades dos Pioneiros em Tenente Portela, RS - 1971

Área (ha)	Pioneiros QT	Pioneiros %	Acumulado (%)
0 - 25	13	50.0	50.0
25 - 50	8	30.8	80.8
50 - 100	4	15.4	96.2
100 - 150	1	3.8	100.0
Total:	26	100.0	

Fonte: Pesquisa de Campo - Canarana, 1984

Sendo o módulo rural do IBRA, em 1969, 25 ha para a região, e a média em Tenente Portela 10 ha no mesmo ano, observamos que 50% dos pequenos produtores haviam adquirido mais terras. 100% dos que possuíam até 15 ha de terras, arrendavam mais terras para o plantio da soja. A média de área plantada com este cultivo era de 30 ha.

Vale a pena observar que o produtor agrícola que possuía 10 ha de terras férteis no Rio Grande do Sul, tinha maiores possibilidades econômicas do que aquele que possuía 100 ha em terras do cerrado matogrossense, pelo fato de estarem perto do mercado e a comercialização dos seus produtos, através das cooperativas ou não, ser muito mais fácil.

Com o incentivo governamental à soja e à mecanização da agricultura, a preocupação maior destes pequenos produtores estava voltada inicialmente para a compra de mais terras para a cultura da soja, que teria de ser mecanizada, e posteriormente para a criação de gado, objetivo inicial do grupo Projeto Canarana.

Dos colonos pioneiros entrevistados em Canarana, a grande maioria eram pequenos produtores, proprietários de terras em Tenente Portela e/ou municípios vizinhos, como mostra o quadro a seguir;

QUADRO III

Condições Anteriores dos Pioneiros do Projeto Canarana, Tenente Portela, 1972

Categorias	Total	%
Proprietários de terras	26	72.2
Filhos destes proprietários de terras	7	19.4
Não proprietários e empresários rurais	1	2.8
Empregados urbanos	2	5.6
Total:	36	100.0

Fonte: Pesquisa de Campo, Canarana - 1984

Considerando a tabela acima, verificamos que 91,6% dos pioneiros eram os pequenos produtores com seus filhos, e apenas 5,6% eram empregados urbanos, que nunca foram agricultores. Estes entra-

ram no projeto contratados para prestar serviços, como professores, mecânicos, serralheiros, etc., estimulados pela possibilidade de se transformarem em proprietários de terras em Canarana.

Entre os colonos pioneiros com vasta experiência na produção agrícola, havia agricultores formados em técnicas agrícolas com cursos de quatro anos na Alemanha, técnicos em máquinas agrícolas com cursos no Estado de São Paulo, pequenos empresários rurais com experiências na administração de cooperativas, etc.

Dos filhos dos proprietários, também com experiência na agricultura, havia engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas com trabalho assalariado, empregados na EMATER, FUNAI, etc.

Os pioneiros, produtores rurais, eram donos dos seus meios de produção. A maioria possuía plantadeira manual, colheitadeira, automóveis, caminhões e tratores médios com todos implementos acessórios como o arado, carreta, grades, etc.

Grosso modo, pelos recursos em moeda adquiridos com a venda da terra, produção e o dinheiro que tinham poupado no decorrer dos anos, em Tenente Portela, era condição para que se tornassem capitalistas.

QUADRO IV

Recursos em moeda que levaram os pioneiros proprietários de terra para Canarana - 1972/83 - em salários mínimos da época(17):

(17) Para melhor compreensão, transformamos os recursos em dinheiro, resultado da venda da terra, produção e poupança, que os pioneiros levaram para Canarana, em salários mínimos da época.

Salários Mínimos (QT)	%
100 - 200	19.2
200 - 400	38.5
400 - 600	23.1
600 - 800	15.4
mais de 800	3.8
Total:	100.0

Fonte; Pesquisa de Campo - Canarana, 1984

Os pioneiros proprietários, com o resultado da venda de suas propriedades, tinha, na maioria, condições de comprar 475 ha de terras (a média do Projeto Canarana) à vista, e ainda sobrava algum dinheiro para a compra de meios de produção. Aqueles que não tinham condições de comprar um lote à vista, que na época era de 210 salários mínimos e media 475 ha, levavam de cem a duzentos salários mínimos.

QUADRO V

Quantidade de lotes que cada pioneiro proprietário de terras podia comprar à vista em Canarana, MT (média: 475 ha, o lote) - 1972/73

Categorias	Pioneiros (%)
Não podia comprar um lote	19.2
Podia comprar apenas um lote à vista	42.3
Podia comprar dois lotes à vista	26.9
Podia comprar mais de três lotes à vista	11.6
Total:	100.0

Fonte: Pesquisa de Campo - Canarana, 1984

Assim, apenas 19,2% não tinham condições, com o resultado da venda das propriedades e a poupança, de comprar um lote à vista em Canarana. No entanto, embora a maioria tivesse condições de fazê-lo, não poderia se reproduzir economicamente se não fossem as alianças estabelecidas com o governo federal através do INCRA - subsídios fiscais, crédito subsidiado com juros baixos, etc., visto que a localização das terras na Amazônia Legal, área de fronteira agrícola, era formada por cerrados, mais distantes no mercado, e o preço da subsistência era maior que no Sul.

Ainda temos o fato de que o cultivo na região de cerrados depende de uma tecnologia mais avançada, experiências, etc. O resultado positivo do investimento estava na união entre eles, na organização, racionalização e gerenciamento de seus negócios, aumentando a riqueza social da região. A saída naquele momento estava na criação de uma cooperativa de colonização a nível empresarial, já estimulada pelo próprio governo federal.

Dessa forma, embora houvesse uma diferenciação econômica entre os colonos pioneiros (uns tinham mais que outros), os unia o fato de possuírem objetivos econômicos comuns (serem fazendeiros), de ser a maioria de origem alemã e pertencerem à mesma religião - Igreja Luterana do Brasil - e fundamentalmente de se reunirem num empreendimento que poderia vir a ser lucrativo para todo o grupo.

Estes foram os pioneiros que, unindo-se, estabeleceram alianças com o governo federal e, com a ajuda da igreja, fundaram a Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. com o objetivo específico de criarem as condições necessárias para se reproduzirem de forma ampliada na Amazônia Legal.

Como vimos, a maioria dos pioneiros fazia parte da comunidade evangélica de Tenente Portela. O seu líder, pastor Norberto Schwuantes, também de origem alemã, vinha trabalhando há uma década em prol dos pequenos produtores do município, no sentido de introduzir novas técnicas de cultivo do solo e melhorar os métodos de intensificação da produção.

A partir desta idéia, o pastor criara a primeira emissora de rádio do município, a Rádio Municipal de Tenente Portela, objetivando reunir os agricultores em torno da necessidade do progresso técnico. Dessa forma, reuniu junto à Rádio um grupo de técnicos, a agrônomos (filhos de agricultores), veterinários, assistentes sociais, etc., com a finalidade de darem sugestões e apoio técnico aos pequenos produtores.

Esse grupo objetivava melhorar as técnicas de exploração da terra, reunir as pequenas propriedades, formando unidades maiores, e transferir os produtores excedentes para novas áreas nas regiões de fronteira agrícola do país. Desse forma, unindo as pequenas propriedades numa só, seria possível explorar a monocultura a nível empresarial capitalista e "superar, a nível de capital, os obstáculos da debilidade econômica camponesa e da atomização da produção."(18)

Em 1970, o grupo do pastor Norberto Schwuantes consulta a coordenadoria do INCRA em Porto Alegre, e esta sugere a criação de uma cooperativa de colonização segundo as normas expressas no Esta

(18) Maria de Nazareth Baudel Wanderley, op.cit.

tuto da Terra, disciplinador das atividades de colonização.

Tal sugestão vem beneficiar ambas as partes. Para o grupo do pastor e dos produtores interessados em adquirir mais terras, a fundação de uma cooperativa de colonização viria ao encontro dos seus interesses econômicos. Através de um empreendimento econômico particular - a cooperativa de colonização - seria possível se reproduzirem como empresários rurais com o apoio do governo militar.

Para o INCRA, que já sugerira esta idéia para a cooperativa COTRIJUÍ (19), ou seja, a de colonizar na Amazônia transferindo os "excedentes rurais" para as fronteiras agrícolas, a criação da cooperativa de colonização particular viria resolver as tensões sociais na região do Alto Uruguai. No entender de José Vicente Tavares, dessa forma foi mais fácil legitimar a colonização no Sul: "foi hábil da parte do Estado fazer essa junção, visto que os agricultores estavam familiarizados com o sistema cooperativo, o que é também uma forma de dominação política e de ter os agricultores sob o controle do Estado, ao mesmo tempo que esvaziava as tensões sociais na agricultura rio-grandense."(20)

(19) Uma das primeiras propostas do INCRA, após a sua criação em 1970, para resolver o problema das tensões sociais no Sul, geradas pelo fator terra, os chamados "minifúndios", foi o de convidar a COTRIJUÍ para colonizar na Amazônia. Porém, esta cooperativa não aceitou a idéia.

Bernard Sorj, em seu livro Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, p.55, aponta a COTRIJUÍ como responsável por projetos de colonização em Altamira, na Amazônia, em 1970, com a transferência de 2 mil pequenos proprietários. No entanto, quem selecionou esses pequenos produtores para o INCRA foi a Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. Segundo Sérgio Bertoni, advogado do INCRA nessa época, a COTRIJUÍ não aceitou colonizar para o Estado.

(20) Colocação de José Vicente Tavares num encontro com o GERA-Grupo de Estudos Rurais da Amazônia, da Universidade Federal do MT, em 1984.

Nesse sentido entendemos que, para o governo militar, a colonização sob o sistema cooperativo além de legitimar a colonização junto aos pequenos produtores, tem vantagens sobre a colonização particular no fato de que, pelo menos teoricamente, a cooperativa não deveria visar lucros e sim prestação de serviços. Isso diminui o custo do empreendimento já que o associado será um contribuinte para dividir despesas que possam surgir com a implantação do projeto.

Com esta forma de colonizar, objetivando a criação de novos municípios(21), o governo federal cria as condições para a acumulação capitalista na agricultura, atraindo a mão-de-obra assalariada para a região, o capital financeiro através da criação de Bancos, o capital industrial através da venda da tecnologia agrícola (máquinas e equipamentos), assim como o capital comercial e cooperativas. Dessa forma o Estado estende seu poder ao campo através da cooperativa de colonização, estabelecendo o controle do processo de colonização e da agricultura que nele ocorre, através da subordinação dessa cooperativa ao INCRA.

Assim, a aliança entre a equipe de Norberto Schwantes, o grupo determinado de pequenos produtores de alimentos e o governo militar, está posta para mais uma empresa política de ocupação da Amazônia e da tão decantada "reforma agrária". No dia 31 de março de 1971 é criada em Tenente Portela a Cooperativa de Colonização

(21) Os projetos de colonização particular, nos moldes exigidos pelo INCRA, preveem a criação de municípios no distrito de colonização.

31 de Março Ltda: "a primeira cooperativa de colonização do Brasil."(22)

Foram realizadas vinte e duas reuniões com os pequenos produtores, tanto os que estavam "na rampa da indigência" em vias de perderem suas terras, os "camponeses sem terra", quanto os camponeses, pequenos produtores de Tenente Portela e dos municípios vizinhos. Inscreveram-se, inicialmente, na cooperativa, 420 camponeses:

"Com o apoio deste elevado número de agricultores a equipe continua trabalhando - no sentido da organização da cooperativa de colonização e com o auxílio de técnicos do INCRA preparou-se o esboço dos Estatutos Sociais. No dia 31 de março de 1971, foi fundada com 360 sócios a primeira cooperativa de colonização do Brasil..."(23)

O Conselho de Administração da cooperativa era formado por seis colonos pioneiros: Siegfredo Rower (presidente), Francisco Romano Urban, Walter Kalkman, Juventino Pezzini, Alvício Wink e Arlindo Meyer. O gerente administrativo contratado pelo Conselho Administrativo foi o pastor Norberto Schwuantes. Como assessores técnicos foram contratados Orlando Rower (agrônomo), filho de um pioneiro, Sérgio Bertoni (advogado e assessor jurídico do INCRA) e Alfredo Tonnetto (engenheiro).

(22) Orlando Rower, op.cit.

(23) Ibid.

Segundo informação de Sérgio Bertoni, autor do Projeto Canarana, a cooperativa de colonização foi criada com objetivos puramente econômicos:

"O programa tinha um sentido empresarial, não só na fase da COOPERCOL, como depois da CONAGRO(24). O enfoque social é dos programas do poder público, do INCRA. O enfoque econômico é empresarial".

Deste depoimento podemos depreender que a criação da cooperativa de colonização, fundada por um grupo determinado de pequenos produtores rurais e o pastor Norberto Schwantes, foi resultado de uma estratégia burguesa destes grupos, objetivando a sua reprodução ampliada com acesso às benevolências do Estado, entre elas o PROTERRA que beneficiava fundamentalmente os empresários rurais, permitindo a compra de terras nas áreas de fronteira agrícola a baixos custos pela colonizadora. Através de um empreendimento econômico, abriu espaço em Canarana, Estado do Mato Grosso, para a real colonização com a implantação de mais sete projetos, o que veremos mais adiante neste trabalho.

Interessante a destacar é que o primeiro trabalho da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., em Tenente Portela, foi o de atender a um pedido do INCRA para selecionar pequenos produtores "sem terra" da região, para os programas desta instituição na Amazônia, como mostra o depoimento de Arlindo Schwantes:

(24) A CONAGRO, Consultoria Agrária Canarana Ltda., foi uma empresa particular de colonização criada em 1976 pelo pastor Norberto Schwantes e Sérgio Bertoni, em Canarana, onde implantaram nove projetos de colonização.

"Assim esta cooperativa colonizadora, a convite do governo federal, teve como uma de suas primeiras tarefas arregimentar e selecionar produtores sem terra interessados em se transferir para a Transamazônica. Foi assim que partiram, em julho de 1971, de Tenente Portela, os primeiros gaúchos para a colonização de terras no Estado do Pará, em Altamira, Itaituba e Marabá. Deve-se destacar que os colonos que seguiram para a Transamazônica eram aqueles que não dispunham de nenhum recurso. Os donos de pequenas glebas aguardavam para adquirir terras na Cooperativa Colonizadora."(25)

Entretanto, estes colonos arregimentados e selecionados pela COOPERCOL para os programas do INCRA, tiveram primeiro de associar-se nesta cooperativa, como podemos ver nas palavras de Sérgio Bertoni:

"Os indigentes chegaram a se associar na cooperativa para se organizarem. Mas a idéia era participarem da colonização através do INCRA. Eles foram assistidos pela cooperativa. Foi um trabalho feito para o INCRA. Bem ou mal foi uma tentativa válida. Nós selecionamos esse pessoal. Nós não acreditamos que um projeto de colonização vá dar certo para o

(25) SCHWUANES, Arlindo. As Migrações Internas na Transformação Sócio-econômico-cultural da Região dos Cerrados do Norte de Mato Grosso, B.do Garças, 1982, p.12 (mimeo).

indigente. Esses jamais serão agricultores capitalistas. Já estão acostumados com os salários."(26)

O objetivo inicial da COOPERCOL era comprar terras no Estado do Mato Grosso do Sul. No entanto, um projeto de colonização para este Estado não estava nos programas do governo federal que objetivava realizar a ocupação da Amazônia e o desenvolvimento econômico nas chamadas fronteiras agrícolas, através do processo de colonização, tanto particular como oficial.

Desta forma, talvez direcionada pelo próprio governo militar através das alianças estabelecidas, a COOPERCOL decide-se pela compra de terras em Canarana, na época município de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso, área prioritária na política de ocupação do governo.

Tal decisão foi comunicada em uma Assembléia Geral aos associados, pelos dirigentes da cooperativa de colonização. Nesta Assembléia, Diter Tomford, amigo do pastor Schwuantes, que viera da Alemanha para conhecer as terras(27), informou aos presentes sobre a má qualidade das terras do cerrado, aconselhando aos colonos a não levarem suas famílias para essa região. Schwuantes era o intérprete do agrônomo alemão.

A maioria dos colonos, após ouvir Tomford, se demite da cooperativa. Dos 400 associados permanecem 36(28), ou seja, o grupo dos

(26) Entrevista realizada com Sérgio Bertoni em Cuiabá, em novembro de 1984.

(27) A notícia da criação da cooperativa de colonização em Tenente Portela foi enviada para os jornais da Alemanha pelo pastor Norberto Schwuantes.

(28) Orlando Rower, op.cit.

pequenos produtores fundadores da cooperativa de colonização, entre eles os que faziam parte do Conselho Administrativo e Fiscal.

Como coloca Orlando Rower, "nesta ocasião a cooperativa passou por sérias dificuldades e o programa estava ameaçado. Todos os associados contribuíram com uma cota para manter a equipe e agora com sua desistência solicitavam a devolução do dinheiro que a cooperativa não tinha de onde tirar, pois havia feito os gastos justamente em nome daqueles associados que haviam desistido. Sobre os dirigentes da cooperativa se dizia que haviam fugido para a Alemanha e Paraguai 'levando consigo o dinheiro'. Felizmente nada disso era realidade e a cooperativa continuou seu programa..."(29)

Alguns pioneiros, durante a pesquisa de campo em Canarana, afirmaram: "Depois tivemos de sair, procurar os amigos para completar o número de colonos que faltava para virmos para cá".

Percebe-se, dessa forma, uma estratégia política de interesses definidos para a desistência da grande maioria dos pequenos produtores associados da COOPERCOL, do Projeto Canarana. Dos que permaneceram na cooperativa, 14 famílias compraram mais de um lote no projeto, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO VI

Famílias de pioneiros que compraram mais de um lote no Projeto Canarana - 1972

(29) Orlando Rower, op.cit.

Família	Lotes Adquiridos	Contíguos
Dalosto	3	2
Schaefer	4	2
Gnadt	2	2
Muhbeir	2	-
Condero	2	2
Woicieskowski	2	2
Pfeifer	2	-
Winck	2	2
Nicareta	3	2
Tirloni	3	3
Roepke	4	3
Pezzini	2	2
Simon	2	2
Franceschett	2	-
Total:	35	

Fonte: Projeto Canarana I (fornecido por Arlindo Schwuan-tes).

Assim, 14 famílias ficaram com 35 dos 80 lotes do Projeto Canarana. A maioria dos pioneiros que compraram apenas um lote nesse projeto, compraram outros nos projetos que se seguiram: Canarana II, Canarana III, Serra Dourada, Água Boa, etc.

Desses pioneiros que compraram mais de um lote no Projeto Canarana, alguns faziam parte do Conselho Administrativo da COOPERCOL, como Juventino Pizzini e Alvício Winck. Outros eram da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Os pioneiros justificaram em Canarana, durante a pesquisa, a desistência da maioria dos associados da COOPERCOL como podemos ver a seguir:

"Se todos os associados tivessem vindo naquela época

ca, seria uma desgraça, pois ficaria pouca terra para a gente".

"Uns quatrocentos agricultores desistiram pela seletividade financeira".

"Éramos quatrocentos e tantos sócios. Um agrônomo alemão foi convidado pelo Norberto para olhar as terras. Quando voltaram, o alemão disse numa reunião que era para a gente não vir, que aqui não era bom trazer as famílias para o mato. Na reunião O Norberto traduzia o que o alemão falava, que era pra gente não vir. Foi aí que ficaram só 18 sócios. Depois a cooperativa juntou mais sócios para completar os oitenta".

"Foi dado muito dinheiro por isto aqui. Naquele tempo cada um deu Cr\$ 15.000,00 para vir para cá. Aqui demos mais Cr\$ 15.000,00 para a infra-estrutura. Participei de todas as reuniões desde Tenente Portela".

Estes são os pioneiros de Canarana que, organizando-se em Tenente Portela, fundaram uma cooperativa de colonização particular, da qual eram os reais donos. Tinham conhecimento da má qualidade das terras do cerrado e das adversidades que os esperava, como demonstram os depoimentos a seguir(30):

(30) Resultado das entrevistas com os pioneiros em Canarana, junho de 1984. Estes são alguns dos depoimentos comuns dos pioneiros.

"Viemos para mudar de ramo. Da agricultura para o comércio, e ainda ter mais terras".

"O que aconteceria em cima das terras era problema meu. Nós estávamos bem lá no Sul, mas queríamos mais terras. Por isso nós desconhecemos as promessas feitas pela direção da COOPERCOL".

"A gente sabia que aqui em Canarana não tinha uma agricultura desenvolvida e a terra não era das melhores. Tínhamos a saída da pecuária".

"Nossa idéia era comprar mais terras para mecanizar e sermos fazendeiros".

"Nós fomos os colonizadores disto aqui".

"Nós não fomos enganados. Sabíamos para que vínhamos. Queríamos ser fazendeiros. Ninguém nos enganou".

Amigo pessoal e colega de religião do general Ernesto Geisel - Presidente da República dois anos depois da criação da cooperativa de colonização - o pastor Norberto Schwantes, filho de agricultor de Tenente Portela, estabelece as alianças próprias e estratégicas para a reprodução ampliada do grupo de pequenos produtores, companheiros também de religião que, unindo-se, compram terras no Estado do Mato Grosso utilizando-se de uma cooperativa de colonização da qual eram os reais donos. Desta forma, através do Projeto Canarana puderam atrair para si os benefícios do PROTERRA e todos os incentivos fiscais do governo federal, visto que o próprio Estatuto da Terra priorizava o pequeno e médio empresário rural e o pequeno produtor "dotado de espírito capitalista."

Como afirma José de Souza Martins, "o próprio Estatuto da Terra foi elaborado de tal forma que se orienta para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural. O destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho familiar. O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital."(31)

Desta forma, o pastor e os pioneiros, criando uma empresa de colonização, criaram as condições próprias para se reproduzirem como empresários.

(31) MARTINS, José de Souza, A Militarização da Questão Agrária no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Vozes Ltda., 1984, p.33

3. O PROJETO CANARANA

O Projeto Canarana foi elaborado tecnicamente nos moldes exigidos pelo INCRA - projeto padrão previsto no Estatuto da Terra - por uma equipe técnica deste órgão junto à equipe burocrática da COOPERCOL, no começo do ano de 1972. Sérgio Bertoni, ex-diretor do IBRA e Consultor Jurídico do INCRA em 1971, de onde se demitira para trabalhar na COOPERCOL, foi o responsável pelo projeto.

A área selecionada pela COOPERCOL para a implantação do projeto situa-se na região Norte Matogrossense-3, através do pólo Amazônia-SUDECO, um dos Pólos de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso na Amazônia Legal, a região do Araguaia, através da compra de 39.851.9579 ha de terras pelos colonos, financiada pelo PROTERRA (32).

Canarana, na época, fazia parte do município de Barra do Garças, considerado região de transição entre o cerrado da região Cen

(32) Segundo Sorj, PROTERRA foi "possivelmente o plano mais ambicioso apresentado para o Nordeste, conjuntamente com a abertura da rodovia Transamazônica, a medula central do Plano de Integração Nacional (PIN). O PROTERRA previa duas linhas principais de atuação: o apoio ao pequeno produtor minifundista ou desprovido de terras através da compra ou desapropriação (mediante indenização ou dinheiro) e a implantação de programas de modernização agropecuária e agroindustrial através de financiamento a longo prazo e a juros baixos". (Id., Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, p.102).

tro-Oeste e a Floresta Amazônica da região Norte do país, com um pH de alto índice de acidez.

O município de Canarana, emancipado de Barra do Garças em 26 de dezembro de 1979, possui uma área de 25.200 km². Limita-se ao norte com o município de São Félix do Araguaia; ao sul com o município de Água Boa; a leste com o município de Barra do Garças pelo Rio das Mortes, e a oeste com o município de Paranatinga pelo rio Culuene, rios do Vale do Médio Araguaia que afluem para a Bacia Amazônica.

Historicamente, as terras deste município pertenciam à Nação Xavante, permanecendo território indígena até o ano de 1940. Nessa época o ministro João Alberto Lins, em consonância com a política de ocupação de Getúlio Vargas, a "Marcha para o Oeste", organizou uma expedição pioneira, objetivando estabelecer um núcleo inicial de colonização para 200 famílias das áreas de conflito do Maranhão e Goiás. Esta expedição chamou-se "Expedição Roncador do Xingu", sob o comando militar do coronel Vanique Mendes.

Este foi o marco do primeiro tipo de penetração na região. Em 1940 o SPI - Serviço de Proteção ao Índio - Trabalhava no sentido de aproximar e "pacificar" a Nação Xavante, e estava a cargo da Fundação Brasil Central, entidade oficial antecessora da SUDECO, a atribuição de organizar as linhas de ocupação do Centro-Oeste.

Segundo o grupo do Pró-Memória, "ela se desenvolveu (a colonização) na forma de pequenas chácaras de 10 ha situadas numa malha em torno de Xavantina, mantendo também uma técnica rudimentar como nos costumes, na organização social, na produção de subsistência

em perfil tipicamente sertanejo"(33). Esta colonização, no entanto, quase que se resumiu aos funcionários da Fundação Brasil Central.

A partir de 1945 esta região passou a ser ocupada pelos posseiros, a parcela marginalizada de trabalhadores rurais que, desapropriados de suas terras no Maranhão, Goiás, etc., formavam as "frentes de expansão" na Amazônia. Aproveitando a rede dos rios amazônicos, estes posseiros do Tocantins-Araguaia se deslocaram rumo ao sul em direção dos cerrados.

Em 1966, o então município de Barra do Garças foi incorporado às chamadas fronteiras agrícolas do país. Dessa forma o governo federal, através da sua política agrícola, o elege Pólo de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, atraindo para a região as grandes empresas agropecuárias através da política da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

Neste mesmo ano foi construída a estrada BR-158, que liga Barra do Garças a São Félix do Araguaia, o que deu origem a pequenos povoados situados nos pontos médios de entroncamento entre as posses, os chamados "patrimônios" ou "corrutelas". Entre eles, Cascaheira e Ribeirão Bonito, situados no município de Canarana, distantes a 130 km da área do Projeto Canarana.

Com a chegada dos grandes fazendeiros da SUDAM, a partir de 1966, começam os conflitos pela terra que permanecem até hoje sem que o governo federal tenha tomado uma decisão mais concreta para a sua solução.

(33) Grupo Pró-Memória, Canarana - Posseiros, Peões e Colonos, Canarana, 1983, Prefeitura de Canarana, p.4 (mimeo).

O quadro histórico da região e a característica que assumem as lutas de classe, o confronto entre os posseiros e fazendeiros, fica claro nos versos de Zé Diluca, um trovador da região:

"Havia até desmantelo
entre índio e posseiro.
Índio com índio brigava
porque índio é guerreiro,
mas tudo se agasalhava
no rico chão brasileiro
e vem a revolução:
desceu do céu um avião
trazendo o fazendeiro.
O índio virou sorvete
derreteu, sumiu de vista,
posseiro caiu na estrada
com o trabuco do paulista.
A mata virou juquira
e a roça virou pista
na hora que nós reclama
bate em nós e ainda chama
de invasor e comunista...
(...) Será que o cão anda solto
ou será o fim das eras?
Meu irmão nosso governo
fez trato com a besta fera
sugou o imposto do povo
que é uma coisa muito séria

e entregou pras companhia
 que era quem não merecia
 com a SUDAM veio a miséria.

Se prepare meu compadre
 vai começar o arregaço
 de posseiro e tubarão
 com a garrucha, faca e braço
 é a briga pela terra
 virando aquele bagaço"(34)

Este é o quadro geopolítico, ainda que de forma resumida, da região de Canarana, quando a COOPERCOL decide comprar as terras para a colonização nessa região.

Os diretores da COOPERCOL escolheram Barra do Garças, que possuía na época 121.936 km², pelo fato de situar-se em áreas da fronteira agrícola na Amazônia Legal, pela facilidade de acesso à mesma, pela existência de grandes latifúndios "que serão uma garantia para a futura expansão da cooperativa"(35) e fundamentalmente porque a maior parte dos Projetos da SUDAM encontrava-se nas proximidades da área adquirida:

"Existem próximo à área do Projeto vários empreendimentos oriundos dos incentivos fiscais da SUDAM, que, de início, servirão de apoio para a cooperati

(34) Zé Diluca (trovador da região). Feleja das Fiabas do Araguaia com o Tubarão Besta Fera, a história de um povo que se liberta. Livrinho de literatura de cordel distribuído por São Félix do Araguaia.

(35) Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., Projeto de Colonização Canarana, 1972/73. Barra do Garças, MT, p.14

va, bem como serão mercados seguros para os produtos dos parceleiros em grande parte"(36).

Os projetos da SUDAM, que circunscreviam a área de Canarana am os seguintes:

- Fazenda Tanguro Agropecuária S/A;
- Agropecuária Sete de Setembro S/A;
- Agropecuária Bela Vista S/A;
- Agropecuária Planalto S/A;
- Agropecuária Araxingu S/A;
- Agropecuária Curuá S/A; e
- Agropecuária Norte do Mato Grosso S/A.

Todas essas áreas, sob a tutela da SUDAM, foram cenário de rados conflitos entre jagunços e posseiros, tendo a Tanguro, se do a imprensa matogrossense, praticado a "escravidão branca".

Os dirigentes da COOPERCOL tinham conhecimento da existência conflitos sociais na região, como assinala o Projeto Canarana:

"Por outro lado, aspectos negativos desta corrente migratória, já se fazem sentir em quase todo o município pela ação dos posseiros e intrusos que, em certas áreas do município constituem focos de tensão social, decorrentes da luta aberta entre proprietários e posseiros. Pode-se dizer que a intrusão e ocupação irregular de terras no município, é uma tônica nestes últimos anos, o que exprime um po

voamento irregular, anti-social e anti-econômico. Trata-se de intrusões e invasões de terras regularmente tituladas em domínio privado, sendo raras as terras ainda devolutas no município"(37).

Desta forma, os pioneiros da COOPERCOL tinham conhecimento da existência de conflitos entre posseiros e fazendeiros na região de Canarana, assim como sabiam que a localização das propriedades fundiárias adquiridas por eles, ou a área do Projeto canarana, ficava distante da área de conflito. Assim, o confronto com os posseiros seria a nível ideológico-político. Se para os posseiros, pequenos produtores da unidade familiar, a luta é pela "terra-trabalho", pela subsistência e reprodução do grupo familiar, para os pioneiros (38) é pela propriedade da terra objetivando a acumulação a nível capitalista.

Se para os pioneiros, com a compra de terras em áreas tituladas - distantes a 130 km das áreas dos posseiros - haveria oportunidade de se reproduzirem sob a proteção do governo militar, para

(37) Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., op.cit.,p.130/1

(38) Cabe colocar aqui a diferença posta por José de Souza Martins entre "frentes pioneiras" e "frentes de expansão". Para Martins, a "frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. (...) O ponto chave da frente pioneira é a propriedade da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais". Na frente de expansão, como coloca o autor, se dá o contrário. A terra é ocupada. "O caráter de excedente do produto da frente de expansão se combina com essa forma peculiar de posse da terra em decorrência da satelitização das relações de troca, isto é, da presença do colonialismo como elemento de estruturação destas relações". (José de Souza Martins, Capitalismo e Tradicionalismo, p.45).

este a transferência destes pioneiros identificados ideologicamente com a sua estratégia política de ocupação da Amazônia foram, em Canarana, o suporte à geopolítica de mobilização social. Se, por um lado, esvaziavam-se tensões sociais no Sul com suas saídas, com sua chegada em Canarana se postam como confronto político às insurgências locais, ao mesmo tempo em que a imagem do pioneirismo é remetida como isca de atração às migrações que se seguiram através dos projetos posteriores da COOPERCOL.

Através dessa colonização, o governo militar equilibra a estabilidade social fragilizada pelos conflitos na região, ao mesmo tempo em que estabelece o controle social no campo. O pastor Norberto Schwuantes, provavelmente a convite do general Geisel, segundo depoimento de alguns pioneiros em Canarana, fazia parte do Conselho de Segurança Nacional.

3.1 - Programação Fundiária

As terras, objeto do Projeto, foram adquiridas a particulares, formadas pela junção de quatro lotes contíguos, originários de títulos definitivos expedidos pelo Estado do Mato Grosso, no total de 39.851.9579 ha. As mesmas foram divididas em 81 lotes rurais com uma área de 475 a 485 ha para a exploração agrícola e a pecuária. O restante da área destinou-se à criação de três núcleos urbanos-rurais, ou três agrovilas com 98 lotes-chácaras de 2 ha cada, distribuídos nas três agrovilas, onde foram construídas as moradias dos colonos, e uma vila independente dos três núcleos, para a sede da administração e pólo centralizador de todas as atividades sócio-econômicas, com a finalidade de se constituir no "embrião da futu

ra cidade", prevista no Projeto:

"O município de Barra do Garças, com uma área de 121.000 km², deverá dar condições à formação de inúmeros municípios, tão logo se acelerar o processo de colonização e povoamento. Esse desmembramento deverá ocorrer à medida que os programas de colonização forem se desenvolvendo e formando comunidades emancipadas..."(39).

Para a sede urbana foi reservada uma área de 170.1344 ha, sendo que 22.6480 ha para a expansão da cooperativa e 142.0864 ha objeto de loteamento pela cooperativa, incorporados ao "capital social" da mesma, assim como as áreas de Reserva Legal e as de Reserva Técnica.

A infraestrutura necessária à implantação do Projeto, como construções e instalações necessárias ao funcionamento dos equipamentos comunitários com vista à prestação de serviços de saúde, educacionais, sociais e recreativos, bem como assistência técnica aos colonos, o armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção ficaram sob a responsabilidade da cooperativa.

A atividade principal prevista no Projeto para a reprodução ampliada dos colonos em Canarana era a pecuária, cria, recria e engorda de bovinos, como mostra o quadro a seguir:

(39) Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., op.cit., p.36

Destinação	Área (ha)
Pecuária	360
Agricultura	60
Reserva Florestal	57
Outros	3
Total:	480

Fonte: Projeto Canarana

A idéia, segundo Bertoni, era que em 10 anos os colonos teriam 500 cabeças de gado. Inicialmente plantariam 50 ha de arroz e após três anos plantariam pastagens e criariam gado. Daí a sete anos voltariam a plantar o arroz. "Se isso tivesse sido feito no ano passado, 1983, estaria pronto o ciclo. De dez em dez anos fechava o ciclo. Isto não ocorreu devido à mecanização, porque aí os colonos quiseram plantar mais e faltou recurso. O Banco não financiou o plantel de gado"(40).

Para a comercialização e escoamento dos produtos não haveria nenhuma dificuldade, visto que Barra do Garças, considerada "O portal da Amazônia", ficava perto do Estado de Goiás e de diversos centros consumidores, ligados pela BR-158. O mercado regional definido eram os municípios de Luciara, Torixoreu, General Carneiro e a cidade de Barra do Garças no Mato Grosso. Piranhas, Iporá, Anápolis, Jataí, Rio Verde e Goiânia no Estado de Goiás (v.anexo).

(40) Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., op.cit., p.45

3.2 - Custos e Financiamento do Projeto Canarana

Os custos totais do Projeto em 1972, execução e implantação, era de cr\$ 4.217.765,00. Os recursos da cooperativa representados pela cota capital dos associados era na ordem de Cr\$ 600.000,00. Com a aprovação do ante-projeto, a cooperativa de colonização recebeu Cr\$ 2.464.000,00 do Banco do Brasil, com recursos do Fundo PRC TERRA, para o financiamento fundiário. Este correspondia 80% do preço de venda dos lotes, sendo que os demais 20% foram suportados pelos colonos com recursos próprios. Cada colono pagou individualmente para o Banco do Brasil Cr\$ 48.000,00 pelo lote, fora os juros e correções monetárias. O prazo para a dívida total foi de 10 anos, com dois de carência.

O custo do lote rural foi calculado pelos técnicos da COOPERCOL com base no custo do hectare de terra beneficiado com os investimentos programados. Para as inversões feitas na compra da terra, com medição e demarcação de estradas, foram computados 90% do custo da terra, e sobre as demais inversões 70% desses valores com o que foi obtido o valor das inversões computadas no custo do lote. A esse custo foi acrescida uma taxa de 15% destinada ao fundo que constituiria o capital social inicial da cooperativa de colonização.

Pelo fato dos pioneiros serem os colonizadores, os reais donos da COOPERCOL, como veremos mais adiante, a maior parte do ônus da infraestrutura dos núcleos de Canarana iria recair sobre os colonos atraídos posteriormente pela cooperativa de colonização com a implantação dos Projetos Canarana II, Canarana III, assim como

os demais que foram implantados na região do Barra do Garças.

Em julho de 1972 a Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. transfere sua sede de Tenente Portela para o município de Barra do Garças, concomitantemente com a chegada do primeiro grupo de pioneiros em Canarana.

Em Tenente Portela, com a saída de mais ou menos duas mil famílias de pequenos produtores "minifundistas" para toda a Amazônia Legal(41) - Mato Grosso, Rondônia, Pará - ocorreu a concentração de terras, aumentando o tamanho das pequenas propriedades. Segundo Sérgio Bertoni, em 1972 havia 500 km de estradas vicinais no município de Tenente Portela. Atualmente (1984) há 300 km. Também diminuiu o número de escolas rurais. A COFRIJUÍ construiu no município uma grande unidade armazenadora para a comercialização da produção de alimentos e fundamentalmente para a soja.

(41) Dados retirados do filme "Os Homens do Presidente", de Paulo Rufian, apresentado no Cine-Clube Coxiponês da FUFMT, em 1985.

PARTE II - A REPRODUÇÃO AMPLIADA DOS PIONEIROS DE
TENENTE PORTELA EM CANARANA - 1972-1984

Esta segunda parte visa demonstrar de que forma um grupo de pequenos produtores de Tenente Portela, já em fase de transição para a classe burguesa, se reproduziram em Canarana tendo como instrumento uma cooperativa de colonização da qual eram donos.

Partindo de sua história, desde a chegada em Canarana até 1984, procuramos mostrar os caminhos que percorreram para transformarem-se em empresários rurais, suas relações com a cooperativa de colonização, com o Banco do Brasil e com o poder.

A especificidade que caracteriza esta ação colonizadora, diferenciada dos demais processos de colonização particular na Amazônia, é o fato de existir, dentro do mesmo movimento de acumulação capitalista na agricultura, duas ações oficialmente dirigidas que se completam na geração de riqueza social permitindo a acumulação individual por parte dos pioneiros.

A primeira foi a atração para a região dos grandes empresários rurais, multinacionais, através dos grandes projetos de agropecuária da SUDAM. A segunda foi a atração de pequenos e médios empresários rurais e produtores da unidade familiar, através da colonização particular na mesma região, gerando a riqueza social e a criação de municípios, atraindo o capital financeiro, industrial e

comercial com a modernização agrícola.

4. A CHEGADA DOS COLONOS PIONEIROS DA COOPERCOL EM CANARANA
- 1972-1973 -

Em setembro de 1972, com o ante-projeto de colonização aprovado pelo INCRA, o Banco do Brasil liberou o financiamento fundiário na ordem de Cr\$ 2.464.000,00, com recursos do Fundo PROTERRA. Este crédito fora repassado aos colonos associados da cooperativa, compradores dos lotes, via Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., que nesta ocasião transferira sua sede administrativa de Tenente Portela para a sede do município de Barra do Garças, distante 329.km da área do Projeto Canarana.

Após a assinatura de compromissos de compra e venda dos lotes, os colonos pioneiros, em número de cinquenta e cinco famílias(42) foram para Canarana junto com a equipe do Conselho Administrativo, chegando no local dois meses antes da COOPERCOL.

O gerente administrativo, Norberto Schwuantes, ficou em Tenente Portela aguardando os resultados finais dos trâmites burocráticos para a definitiva translação para a região de Barra do Garças, ao mesmo tempo que providenciava a compra de mais terras na mesma região para a implantação de novos projetos.

(42) Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., op.cit., p.144

Os pioneiros não vieram todos na mesma época. Alguns ficaram em Tenente Portela aguardando os resultados da chegada dos primeiros. Vieram em 1973.

A chegada dos membros do Conselho Administrativo da COOPERCOL e demais pioneiros, antes da cooperativa de colonização, não se deu por acaso. O Estatuto da Terra determina a transferência dos colonizadores para a área do projeto, logo após a compra das terras, com a finalidade de iniciar a implantação do projeto e criar as condições mínimas para a transferência dos colonos, ou seja, a demarcação dos lotes, a construção de estradas vicinais, das residências destinadas ao pessoal técnico-administrativo, etc.

Contudo estas condições, imprescindíveis para a aprovação formal do Projeto Canarana, não existiam realmente quando os colonos pioneiros chegaram à área do mesmo. Pelo contrário, ao chegarem encontraram as terras "in natura", salvo as traçadas no mapa. Desta forma eles chegaram para dar início à implantação do projeto, visto que o empreendimento econômico, a compra das terras, era um negócio deles mesmos, o que significa dizer que chegaram a Canarana (43) como proprietários de terras.

Dessa forma acamparam perto de um córrego até localizarem a área da primeira agrovila, para onde se transferiram mais tarde. Esta era dividida em lotes-chácaras de 2 ha para cada um.

Na chegada, os colonos pioneiros encontraram cerca de vinte famílias de posseiros na área. Estes cultivavam, numa pequena man-

(43) Canarana foi o nome dado pelos pioneiros para a área de colonização. Era o nome de um capim que existia em grande quantidade na região.

cha de terra fértil, o feijão, milho, mandioca e criavam um pouco de gado para a subsistência familiar. No entanto não houve conflitos entre os pioneiros e os posseiros. Os pioneiros indenizaram os "ocupantes" de suas terras, comprando suas lavouras para sementes. Muitos ainda moraram temporariamente nos ranchos dos posseiros que se transferiram para Cascalheira, Ribeirão Bonito, Matinha, Piabanhá, área de maior concentração de posseiros.

Nos primeiros tempos as dificuldades foram grandes, pois estavam diante de um empreendimento econômico que dependeria do modo como se organizassem. O seguinte depoimento de um pioneiro, que pode ser generalizado, nos mostra a situação:

"Aí foi muito difícil. No primeiro ano não fizemos nada. O desmatamento foi no braço. Os posseiros diziam que os gaúchos não iam conseguir nada. Plantamos soja, milho, feijão e só deu arroz. Todo o projeto era para a pecuária. Como vimos que ninguém ia agüentar criar bezerros que ia demorar três anos, plantamos arroz. Fizemos uma lavoura coletiva. Compramos três tratores para a cooperativa e trouxemos uma máquina no Púfalo. Aí deu muita briga, pois todos queriam usar as máquinas primeiro.

(...) Nós colhemos na primeira colheita 200 sacas de arroz e aí cada qual conseguiu financiamento e nos desmembramos. Antes tivemos que provar ao Banco do Brasil que dava arroz.

Primeiro botei peão e, mesmo sem dinheiro, comprei máquinas. Aí acabou a sociedade com os vizinhos e

passou a sair dinheiro a vontade para todo o mundo"(44).

Como colonos, este texto nos mostra a organização nos primeiros tempos e a sua opção temporária pela lavoura coletiva. Esta opção resultou da necessidade de se unirem e criarem as condições necessárias para a sua instalação na área.

A lavoura coletiva de arroz de sequeiro era destinada ao consumo de todos. Ao mesmo tempo realizaram experiências agrícolas plantando soja, milho, feijão e arroz com sementes fornecidas pela cooperativa de colonização ou compradas dos posseiros que se encontravam nas proximidades.

Como já vimos, os pioneiros compraram terras em Canarana, confiando no financiamento do governo para a aquisição de gado. A idéia era a de serem pecuaristas. No entanto foram informados por Norberto Schwantes e pela equipe técnica de que não haveria financiamento para a pecuária, como estava previsto no ante-projeto, e que a saída econômica estava na produção agrícola. Segundo os mesmos, assim determinava a política econômica do Estado para as fronteiras agrícolas, onde os projetos de agropecuária estavam sob o controle da SUDAM e os beneficiados eram os grandes empresários rurais, os grandes fazendeiros, assim como as multinacionais. Sem outra alternativa no momento, os pioneiros direcionaram as atividades produtivas para a monocultura do arroz.

(44) História de Vida, junho de 1984, Canarana, MT.

Diante desta nova situação, compraram, ao todo, cinco tratores e uma máquina colheitadeira para a cooperativa, destinados ao uso comum de todos. Antes de realizarem as experiências agrícolas (feijão, milho, arroz de sequeiro, etc.), os pioneiros, com exceção daqueles que haviam levado algum maquinário, não arriscavam seu dinheiro na compra dos meios de produção necessários à produção do arroz. Aguardavam o financiamento do governo para o custeio da produção e para o maquinário necessário. Alguns empregaram seu dinheiro em posto de gasolina, na agrovila, instalaram casas de comércio, aplicaram em pecuária de leite, etc.

Com o resultado positivo desta primeira experiência agrícola, o arroz de sequeiro, provaram ao Banco do Brasil, situado na cidade de Barra do Garças, a importância do desenvolvimento desta cultura na região. Em 1973 conseguiram, em nome da cooperativa de colonização, porque ainda não estavam prontas as escrituras definitivas de suas terras, um pequeno financiamento a título de experiência para o custeio da produção.

No ano agrícola de 1973/74, a área plantada individualmente por cada pioneiro foi pequena, de 12 a 25 ha em média. O total, segundo dados da CONAGRO, fornecidos por Sérgio Bertonni, foi de 80.000 sacas de arroz em Canarana. Neste mesmo ano, segundo a Coopercana, a lavoura de arroz plantada girou em torno de 600 ha e a produção comercializada pela cooperativa de colonização foi de 15.000 sacas de arroz. Isto significa que 65.000 sacas foram comercializadas por fora da COOPERCOL, diretamente em Goiás e Barra do Garças.

"Primeiro botei peão e comprei máquinas". Este depoimento de

um dos pioneiros define, de um modo geral, as relações de trabalho iniciais em Canarana. Grande parte deles produziu com força de trabalho familiar e com a compra de força de trabalho, o que significa que desde o começo tinha forma de mais-valia, via compra de força de trabalho, o que veremos mais detalhadamente no decorrer desta tese.

Como já vimos, estes pioneiros chegaram a Canarana respaldados por suas próprias condições financeiras. Os filhos que compraram lotes vieram na dependência dos pais, com excessão dos trabalhadores que vieram para trabalhar na cooperativa recebendo um salário mensal.

Alguns pioneiros, mais precisamente 38,8%, trouxeram para Canarana algum meio de produção como tratores médios, trilhadeira, caminhão, carros, etc. Outros, com o início da produção do arroz de sequeiro, compraram tratores, caminhões à vista, e outros, ainda, financiaram os meios de produção como podemos ver no quadro a seguir:

QUADRO VII

Máquinas e equipamentos adquiridos em Canarana - 1973/74

Máquinas e Equipamentos	QT	C/financiam.	S/financiam.
Trator pequeno - até 50 HP	3	-	3
Trator médio - até 100 HP	10	5	5
Trator pesado - mais de 100 HP	33	30	3
Trilhadeira	1	1	-
Colheitadeira	25	20	5
Plantadeira	3	1	2
Secador	1	1	-
Carro	12	-	12
Camioneta	11	1	10
Caminhão	14	2	12
Outros	5	-	5
Total:	118	61	57

Fonte; Pesquisa de Campo - Canarana, 1984

Com a saída do financiamento ao custeio da produção e com a aquisição das máquinas e implementos agrícolas, os filhos dos pioneiros, que ainda trabalhavam com os pais, tornam-se autônomos, passando a trabalhar nos seus lotes com o uso de empregados assalariados.

Os pioneiros que foram trabalhar na cooperativa de colonização, também começam a sua experiência como agricultores sem nunca tê-lo sido. Na verdade, estes é que perderiam suas terras em futuro próximo pois, na verdade, não faziam parte do grupo até certo ponto homogêneo dos pioneiros pequenos produtores nem de seus filhos, fundadores da cooperativa de colonização.

Assim, apoiados pela política agrária do governo militar, voltada para o financiamento da ação empresarial por indivíduos ou grupos reunidos em cooperativas, visando à povoação e à Segurança Na-

cional(45), esses pioneiros foram levados a trocar suas propriedades e suas raízes em Tenente Portela pelas vantagens econômicas na Amazônia onde lhes acenava a possibilidade de se reproduzirem como empresários rurais, naquele momento, através de um projeto de colnização por eles dirigidos.

Desta forma, chegam à área do projeto como proprietários de terras e como colonizadores, visto que eram os donos da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. "Nós fomos os colonizadores disto aqui", afirmaram os pioneiros em Canarana.

(45) Consta no Estatuto da terra que a "colonização com fins de povoamento e Segurança Nacional, terá caráter pioneiro, devendo a área das parcelas ajustar-se sempre que possível às características das pequenas e médias empresas rurais", definidas nos termos da Lei, parágrafo 2º do artigo 60, do Estatuto da Terra e sua regulamentação. (p.157).

5. DE COLONOS A COLONIZADORES

A organização empresarial da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., por força de sua estrutura, vai definir os agentes desse processo através das relações de trabalho que se estabelecem, impondo os reais papéis que desempenham esses agentes nestas relações. Isto, de imediato, faz surgir uma inversão de posições e uma conseqüente inversão de poder.

O líder dos pioneiros, o pastor Norberto Schwuantes, ao assumir a Gerência executiva da cooperativa de colonização como única forma de manter sua liderança, aceita a condição de assalariado, igual, embora como chefe, ao grupo técnico burocrático responsável pela racionalidade da empresa. Desta forma o pastor, se submetendo ao controle do Conselho Administrativo, que sem receber nenhuma forma de salário atraiu para si todo o poder de decisão e a posição de patrão na hierarquia do empreendimento, mesmo reduzido ao assalariamento, ao se incumbir de deveres de "colonizador" nestas áreas, fortifica sua liderança pela delegação de poderes que o governo federal outorga a tal missão(46).

(46) De acordo com o Estatuto da Terra, "o Administrador de núcleos ou de distrito de colonização é o responsável pela implantação, coordenação e consolidação dos serviços ou atividades técnicas, administrativas e comunitárias das unidades de colonização até sua emancipação total".
Consta ainda no Estatuto da Terra que o gerente administrativo substituirá o poder público no local. (Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966).

Neste sentido Norberto Schwuantes simula uma falsa hegemonia de poder que só se elucida através das relações de trabalho que o confronta como assalariado perante o grupo pioneiro, ou seja, perante os reais donos da empresa de colonização.

Daí a nossa conclusão de que os colonos pioneiros foram realmente os colonizadores particulares em Canarana. Desta forma puderam carrear os lucros da empresa para a construção da infraestrutura local e transformá-la em um instrumento de geração em grande escala de riqueza social na região. A grande disputa entre as agrovilas para que fosse eleita sede urbana, demonstra a consciência e o conhecimento por parte dos pioneiros, da importância do setor urbano como acelerador da valorização fundiária local(47).

À medida que a especulação fundiária progredia através da venda de terras aos reais colonos atraídos pelos novos projetos, gerando uma mobilização social sem precedentes nessa "área prioritária", estabeleciam, através da concorrência intercapitalista, a consolidação do setor urbano como suporte basilar da acumulação ampliada dos pioneiros, pela qual puderam diversificar a aplicação de capitais, reter e direcionar o valor gerado pela venda dos lotes para a geração de riqueza social e, ainda, ampliar consideravelmente seus meios de produção.

Simultaneamente à elaboração do projeto definitivo - o Projeto Canarana - a COOPERCOL inicia seu ambicioso programa de coloni-

(47) Segundo o depoimento dos pioneiros em Canarana, houve muitas brigas entre os pioneiros das três agrovilas para que a sede urbana fosse instalada perto de sua agrovila.

zação com a compra de mais 121.619,72 ha de terras para os novos projetos assim distribuídos:

QUADRO VIII

Projetos implantados pela COOPERCOL em Barra do Garças
- 1972 a 1976 -

Projeto	Ha de terras	Qt. lotes
Água Boa	24.300,00	60
Canarana II	9.613,00	47
Água Boa II	14.537,53	36
Canarana III	28.757,00	71
Garapu	9.697,24	47
Vale da Serra Azul	16.166,00	52
Areões	18.531,00	24
Total:	121.619,72	370

Fonte: COOPERCOL - Canarana, MT, 1984

Estes projetos localizavam-se, na época, no município de Barra do Garças, ao longo da rodovia BR-158 que ligava este município a Santa Terezinha, fronteira com o sul do Pará. Para a sua implantação foram utilizados recursos do Fundo PROTERRA.

Os Projetos Canarana II e III, Garapu I e Areões, circunscritos à área do Projeto Canarana, deram origem, em 1979, ao município de Canarana.

Os Projetos Água Boa I e II deram origem, neste mesmo ano, ao município de Água Boa. O Projeto Vale da Serra Azul ficou no município de Barra do Garças.

Com a implantação destes projetos começa a real colonização em Canarana. São atraídos, principalmente de Tenente Portela, peque

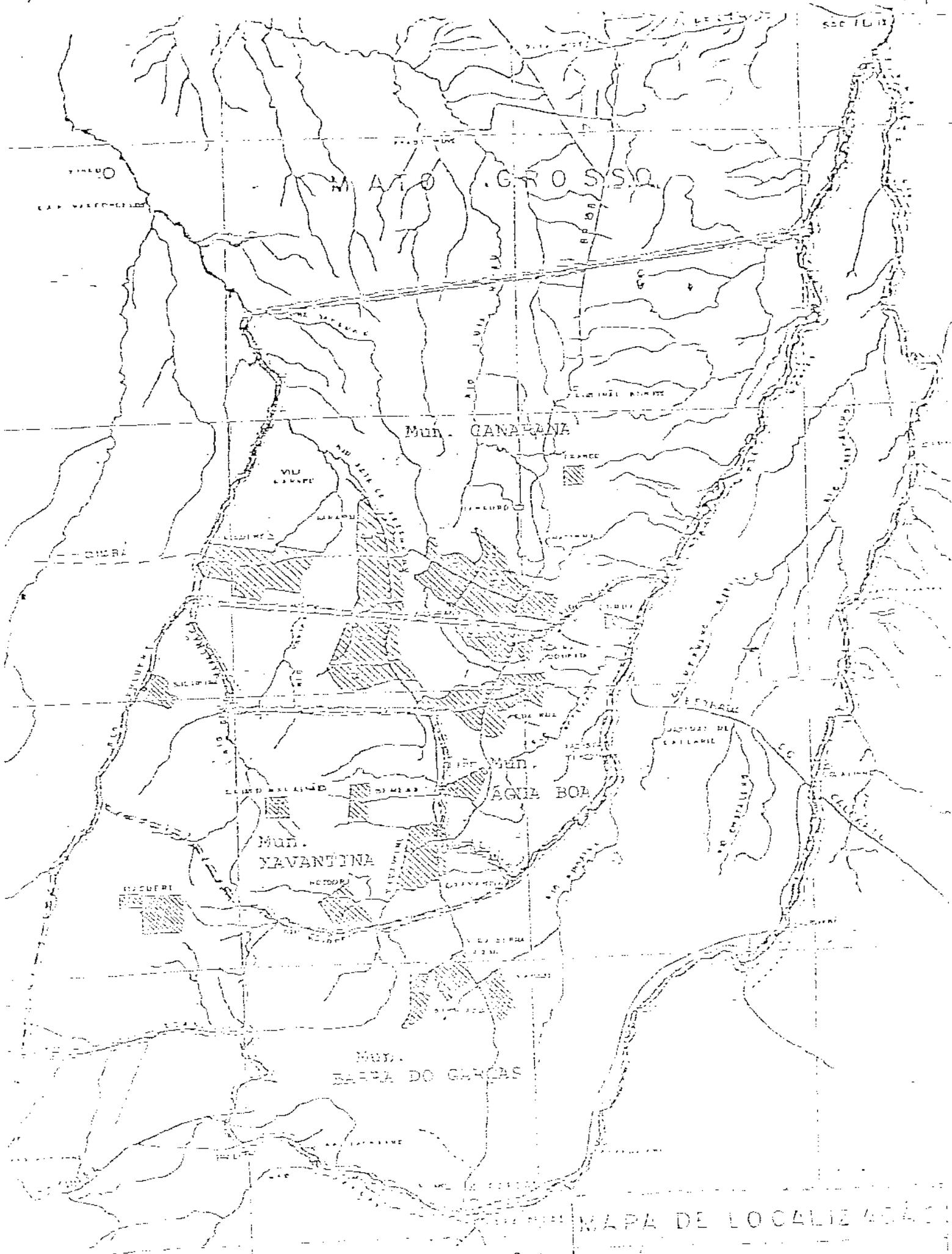
nos produtores, calcados na imagem do bem sucedido pioneirismo que lhes era remetida em forma de propaganda - rádio, televisão, cartazes, etc. - que os transformara em colonos nestes projetos. Como afirmou Norberto Schwuantes em uma entrevista para a revista Contato, em Cuiabá:

"... Na região há agricultores selecionados como em nenhuma outra colonização do Estado. Esta seleção teve duas causas. Primeiro, o crédito fundiário que exigia rigorosa seleção dos agricultores quanto ao cadastro impecável. (...) A segunda razão era a própria cooperativa que investigava a origem dos candidatos aos lotes, no interesse dos pioneiros que fundaram Canarana"(48).

Em decorrência da implantação destes projetos é que a COOPERCOL começa realmente a capitalizar e a se destacar como empresa colonizadora, pela captação da renda da terra como renda capitalizada através da venda dos lotes rurais e urbanos. Pela ação empresarial da COOPERCOL, se estabelece a diferenciação econômica entre pioneiros e colonos.

Como foi anteriormente colocado, os dirigentes da cooperativa de colonização acreditavam que a colonização poderia dar certo atraindo produtores, pequenos proprietários de terras "minifundistas" que "economicamente estavam bem", e possuíssem "espírito capitalista" com um mínimo de racionalidade na aplicação de capital.

(48) Revista Contato, Cuiabá, MT, 1982.



5. MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO
 BARBA DO GARCAS - CANARANA - AGUA BOA - XAVANTINA

Dessa forma, como afirmou Schwuantes, os agricultores foram altamente selecionados, no "interesse dos pioneiros que fundaram "Canarana". Assim, a diferenciação entre pioneiros e colonos atraídos para a compra de terras, estava na própria relação com a cooperativa(49). Os pioneiros eram os donos da mesma, os seus fundadores. Se organizaram em Tenente Portela coletivamente. Estabeleceram alianças com o governo militar e vieram para Canarana com objetivos determinados, de ascensão econômica do grupo, não estando, portanto, subordinados à cooperativa, ao contrário dos colonos que em Canarana tornaram-se dependentes da cooperativa, do capital financeiro, industrial e comercial, como veremos mais adiante.

Os pioneiros foram cercados de tantos privilégios estatais que conseguiram dar outro destino à cooperativa de colonização. Esta, segundo o Estatuto da Terra, deveria se transformar numa cooperativa de produção, consumo e colonização. No entretanto, a COOPERCOL direcionou suas atividades mais para a especulação fundiária através da colonização particular, dos quais os pioneiros se configuravam, por meio do Conselho Administrativo, como legítimos donos.

As cotas-partes para a cooperativa de colonização e demais dispêndios com a infraestrutura fora, para os pioneiros, segundo Bertoni(50), apenas "simbólicas" com relação aos demais projetos implantados. Embora efetivamente os pioneiros tenham tido algum dispêndio dessa natureza, esperavam, em última instância, pelos lucros obtidos pela cooperativa para a implantação da infraestrutura

(49) Ver nota 42, Otávio Ianni

(50) Entrevista com Sérgio Bertoni em Cuiabá, em novembro de 1984.

urbana(51). Isto permitiu que retivessem seu dinheiro adquirido, a cumulado em Tenente Portela, para reproduzi-lo como capital constante e capital variável no início do empreendimento nas novas ter ras, como empresários rurais. Como afirmou Bertoni, os pioneiros pouco participaram na construção da infraestrutura de Canarana:

"Os colonos nunca ajudaram em nada na infraestrutura. Para instalar uma rede de água o Norberto não conseguiu ninguém. Todo serviço que precisássemos deles tinha de ser pago. Se eu pedisse uma camioneta emprestada aos colonos, tinha de pagá-los. O trabalho de infraestrutura eles cobravam. Não faziam nada de graça. Pelo contrário, cobravam tudo do Norberto. Se faltava uma estrada para os lotes deles, o Norberto tinha que mandar fazer. Por isso os colonizadores fomos eu e o Norberto"(52).

(51) Como explica Otavio Janni, "a maneira pela qual se organiza a empresa ou cooperativa de colonização tende a transformar o colono, ou parceleiro, em dependente da administração, gerência, planejamento ou atividade da empresa, da direção desta. Mais que isso, as condições de produção e comercialização das atividades agropecuárias ou extrativas da unidade doméstica, ou empresa familiar cooperada ou associada, passam a depender das condições estabelecidas ou controladas pela empresa. Toda 'infraestrutura' composta de estradas, fontes de energia, redes de água, luz, escolas, hospitais, armazéns, etc., é controlada ou administrada pela direção da empresa. Não é impossível que os excedentes econômicos dos colonos sejam em parte, ou no todo, apropriados pela empresa". (Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia, p.105).

Maria de Nazareth Wanderley define estes colonos como "um trabalhador para o capital". (Op.cit.).

(52) Entrevista já mencionada.

Na declaração de Bertoni, fica claro que este e Schwuantes, como empregados assalariados da COOPERCOL estavam, em última instância, subordinados aos pioneiros que, como empresários e donos da cooperativa de colonização, cobravam os lucros na aplicação da infraestrutura.

Esta exigência por parte dos pioneiros, enquanto durou a COOPERCOL, foi uma constante. O núcleo urbano que deu origem à Vila de Canarana em 1975 e até a sua emancipação em 1979, foi construído quase que totalmente com material beneficiado pela serraria montada pela cooperativa de colonização, assim como os serviços de esgoto, água, estabelecimentos de serviços sociais básicos, como posto de saúde, hospital, escola e a ligação viária de Canarana com as artérias rodoviárias principais do Mato Grosso e Goiás, viabilizando a escoação da produção e atraindo grande fluxo migratório, consolidando-a como um município potencialmente produtor, gerando um fluente mercado local.

Este mesmo processo ocorreu em Água Boa. Dos sete projetos que a COOPERCOL implantou no distrito de colonização, apenas Água Boa, por se situar na BR-178, foi beneficiada com infraestrutura urbana. A maioria dos projetos se resumiu na venda de lotes rurais e urbanos na área de Canarana e Água Boa, definindo-se como projetos de loteamento, sob a colonização, encobertos pelo protecionismo do governo federal que assegurava financiamentos altamente subsidiados através do PROTERRA.

Esta ação empresarial particular, mascarada por um pseudo cooperativismo, quase que se dedicou à comercialização de terras, como forma de distribuição fundiária, obedecendo a critérios pré-de

terminados por uma política autoritária e excludente que privilegiava a ação empresarial na Amazônia, através do monopólio de terra.

Como vimos, a COOPERCOL não desenvolveu seu departamento de produção e consumo como estava previsto no Projeto Canarana. Em 1975, com a exigência dos colonos de Água Boa para que fosse criada uma cooperativa de produção e consumo que correspondesse às suas necessidades, Norberto Schwuantes aproveita a oportunidade e cria, em Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul (local de origem destes colonos), a Cooperativa Agropecuária Mixta Canarana Ltda. - a COOPERCANA, transferindo-a posteriormente para a vila de Água Boa, sob a sua presidência.

Explode, neste momento, a crise interna entre os pioneiros e o grupo técnico-burocrático da empresa de colonização, rompendo parcialmente a aliança efetuada em Tenente Portela. Os pioneiros reagem à criação da COOPERCANA alegando que a COOPERCOL possuía um departamento de produção e consumo. Era só uma questão de adequá-lo às necessidades dos produtores.

Norberto Schwuantes, por acumular a dupla liderança, gerente da COOPERCOL e presidente da COOPERCANA, estabelece uma estratégia que torna esta última o elemento mediador do conflito ao assumir as funções cooperativas exigidas pelos produtores associados, enfraquecendo a reação dos pioneiros através da chamada eficácia cooperativista da COOPERCANA.

O jogo de força que por longo tempo se travou entre os pioneiros e o grupo Schwuantes por interesses divergentes, polarizou de um lado os pioneiros que se interessavam pela transformação econô-

mica da região para consolidar a sua posição social como empresários rurais através da valorização regional. Do outro lado estava o grupo Schwuantes, cujos interesses eram o de colonizar sob a forma de comercialização de terras. Neste sentido, o Conselho Administrativo da COOPERCOL se constituía numa barreira à ampliação de novos projetos de colonização.

Diante desse impasse, Schwuantes e Bertoni afastam-se da COOPERCOL, abandonando-a ao definhamento e à desativação pela carência de liderança no grupo de pioneiros interessados em reativá-la, criando em 1976 uma empresa particular de colonização, a Empresa de Colonização e Consultoria Agrária Ltda. - CONAGRO, que irá colonizar até 1978, quando o PROTERRA deixa de aplicar na região.

Bertoni justifica a criação dessa empresa:

"Uma das razões de nós criarmos a CONAGRO, foi a de terminar com essa figura de intermediário do Conselho Administrativo. Eles simplesmente eram os titulares e não os colonizadores. Tinha que terminar essa história de um Conselho Administrativo formado por colonos e o Norberto Schwuantes como gerente contratado.

(...) A entrada para novos projetos estava sendo muito difícil. Os colonos que foram beneficiados não se preocupavam com novos projetos. O que interessava agora era o lucro que eles poderiam obter no empreendimento. Nesse momento, eu e o Norberto

criamos a CONAGRO"(53).

Com o desligamento do grupo Schwuantes da COOPERCOL, os pioneiros assumem a gerência executiva e fazem diversas tentativas para reativá-la. No entanto, todas elas são infrutíferas. Como afirma Arlindo Schwuantes, "neste trabalho gastaram mais da metade do capital que sobrou líquido, restando apenas 1.000 ha de terras e uma meia dúzia de máquinas e equipamentos obsoletos"(54).

Para Bertoni, reativar a COOPERCOL "significava implantar novos projetos. Isto envolvia negociações para a compra de terras, seleção de uma liderança para comandar o trabalho e atrair as famílias de colonos para migrarem. Para tomar uma decisão dessas, eles tinham que contratar um outro líder que substituísse o Norberto".

A COOPERCOL, não conseguindo ser reativada pelos pioneiros, passa a ser apenas um departamento de regularização de documentos enquanto viabilizam atualmente (1984) sua incorporação à COOPERCANA.

Com o resultado dessa cisão, os ânimos se arrefecem e as diferenças se enquadram nos seus devidos lugares: Norberto Schwuantes, devido às suas relações próximas com o governo militar, pois fora ele o articulador das alianças políticas em Tenente Portela, continuará a colonizar através da CONAGRO, continuando sua trajetória de agente da colonização privada. Os pioneiros, graças ao protecionismo governamental, se transformam em empresários rurais.

(53) Entrevista já citada.

(54) Arlindo Bertoni é o atual Presidente da COOPERCOL. Assumiu o posto no sentido de desativá-la e incorporá-la à COOPERCANA.

6. DE COLONIZADORES A EMPRESÁRIOS RURAIS

A fase de colonizadores dos pioneiros vai de 1972 ao primeiro semestre de 1975, quando a COOPERCOL deixa de colonizar. O seu último projeto foi implantado neste último ano e vai até 1976.

Neste período modifica-se a base técnica de produção transformando-os em empresários rurais no seu sentido mais amplo, englobando as relações de trabalho, a estrutura da propriedade e o uso da terra.

Em 1974 recebem as escrituras definitivas das suas propriedades rurais deixando de receber o financiamento de custeio da produção por intermédio da COOPERCOL, integrando-se ao sistema de crédito subsidiado pelo governo federal, diretamente pelo Banco do Brasil, localizado na cidade de Barra do Garças.

Com a liberação dos créditos a juros baixos para o custeio de produção em toda a área do distrito de colonização(55), começa a viabilização do padrão de modernização tecnológica nos cerrados matogrossenses, nas áreas consideradas fronteiras agrícolas, derivada da aliança política entre estes grupos hegemônicos de empresários rurais e o governo militar, onde os estímulos de crédito agrí

(55) Os posseiros de Cascalheira, Ribeirão Bonito, Piabanha, radicados desde 1960 na região, mesmo solicitando não foram beneficiados pelo sistema de crédito oficial, devido à irregularidade jurídica de suas propriedades.

cola a custos rebaixados leva-os a adquirirem as grandes máquinas e equipamentos agrícolas, como colheitadeiras, tratores de 100 HP, secadeira, etc., assim como incorporar as técnicas modernas do setor industrial, fertilizantes e defensivos para a monocultura do arroz.

Dessa forma, a produção na área de colonização em Canarana começou tecnologicamente mecanizada, recebendo o estímulo da política agrícola do governo militar para a inserção destes produtores rurais na intensificação tecnológica da agricultura, com o acompanhamento de assistência técnica, desenvolvimento de uma infraestrutura de abastecimento de insumos, máquinas e comercialização do produto, garantido pela política de preços mínimos da CFP - Comissão de Financiamento à Produção.

Assim, pioneiros e colonos da região do Barra do Garças tiveram de ajustar-se a esse padrão de produção.

Esta política de desenvolvimento tecnológico e modernização da agricultura era determinada por uma série de interesses econômicos e políticos das classes dominantes no campo, na implantação e expansão do mercado industrial fornecedor de máquinas e implementos agrícolas, de defensivos e fertilizantes químicos, onde era preservado o interesse das multinacionais que após o "Milagre Brasileiro" estavam em crise no país. Esta modernização foi viabilizada pelo processo de concentração e centralização de capitais nos setores industrial, financeiro e cooperativo, que caracterizou a política econômica do governo militar.

Com a mudança da base técnica de produção dos pioneiros, modifica-se a composição orgânica do capital, determinada pelo aumento

dos meios de produção - tratores, colheitadeiras, etc. - aumentando o grau de produtividade do trabalho, ou seja, diminuindo o uso da força de trabalho dos pioneiros e incorporando a compra de trabalho assalariado permanente.

Já em 1973 a maioria dos pioneiros tinha de um a três empregados assalariados permanentes em média, remunerados com salários mensais e raríssimas vezes com produtos. Isto caracteriza relações de trabalho capitalista. A média da jornada de trabalho destes trabalhadores era de 12 a 14 horas de trabalho.

Importante assinalar que vários pioneiros durante a entrevista procuravam esconder o fato de possuírem empregados assalariados permanentes, visto que não pagavam os encargos sociais a que os trabalhadores tinham direito por lei. No entanto, no final da entrevista acabavam se contradizendo: "Bem, eu tenho dois empregados lá na lavoura...", afirmando serem remunerados com salários mensais.

Assim se antes a família se configurava como unidade de produção, agora os pioneiros passam a ser simplesmente os dirigentes do processo produtivo, assumindo a posição de patrão frente a seus empregados, administrando seu empreendimento. Constroem suas casas na cidade e se mudam para lá com seus filhos e esposa, indo à fazenda esporadicamente, acompanhando e avaliando o desenvolvimento da produção, se reproduzindo através do trabalho não pago.

Com a liberação dos créditos para o custeio da produção, os filhos dos pioneiros que adquiriram lotes no Projeto Canarana, ou em outros projetos, compraram os meios de produção - máquinas e equipamentos - passando a trabalhar nas mesmas condições dos pais,

com a compra da força de trabalho. Destes, vários tinham oficinas de máquinas agrícolas na cidade, churrascarias; etc., e lavoura e gado nas propriedades fundiárias.

Dessa forma os pioneiros, ao transformarem-se gradativamente em empresários, perdem suas origens camponesas, sendo que para eles camponês é o "indigente", o "empregado rural", o "posseiro". "Nós somos fazendeiros", afirmavam os pioneiros em Canarana.

A transição de camponeses da unidade familiar para empresas rurais tem início no Rio Grande do Sul, quando começa a perda de suas raízes camponesas ao se organizarem de forma coletiva num empreendimento econômico para conquistar propriedades maiores que garantissem a sua reprodução ampliada caracterizando, desta forma, a diferenciação camponesa já em Tenente Portela.

6.1 - Estrutura da Propriedade e Uso da Terra

O tamanho médio dos lotes nas áreas de colonização particular, como em Alta Floresta, Sinop, Colíder, etc., no Estado do Mato Grosso é de 200 ha. Neste sentido, a COOPERCOL se diferencia das demais colonizadoras particulares, com o tamanho médio dos lotes de 475 ha de terras. Mesmo em Canarana, após a desativação da COOPERCOL, a CONAGRO, colonizadora particular de Schwantes e Bertoni, o tamanho médio dos lotes é de 200 ha.

Esta diferenciação talvez se explique pelo fato dos pioneiros serem os donos da cooperativa de colonização. O interesse do grupo era o de adquirir uma quantidade razoável de terra que possibilitasse, no seu modo de ver, a sua reprodução ampliada. Como explicou Norberto Schwantes, "em Mato Grosso, como no resto do Brasil,

a grande maioria das colonizações nasceu de enormes latifúndios. Alguém tinha muita terra, muito mais do que pudesse explorar, e resolveu vender parte ou toda pelo melhor preço. A solução neste caso é a colonização mediante a venda de pequenos lotes com atração de colonos para a área. Com Canarana deu-se o contrário. Não foi o latifúndio que procurou os colonos para valorizar e vender sua área, mas colonos do Rio Grande do Sul que se organizaram numa cooperativa de colonização e adquiriram latifúndios improdutivos dividindo entre eles a terra através de um projeto de colonização"(56). (grifo da autora).

Aqui está clara uma das diferenciações entre os pioneiros e os colonos posteriores da COOPERCOL. Nos projetos implantados pela cooperativa de colonização, os colonos foram atraídos para a compra de terras chegando a Canarana sob outra forma diferenciada, subordinados à cooperativa.

A posição que assumiram no contexto do processo de colonização, especificamente no Projeto Canarana, facilitou aos pioneiros a aquisição de mais lotes nos outros projetos que dirigiram indiretamente, através do Conselho Administrativo, possibilitando que se apropriassem, a preços baixos, da base de sua futura sustentação econômica, através da retenção do monopólio da terra mantido como reserva de valor.

A crescente valorização das terras na região, consequência da política agrícola do próprio governo militar, entre outros fatores,

(56) Entrevista: Norberto Schwantes, Revista Contato, MT, 1983, abril/maio.

veio favorecer os pioneiros que tinham na propriedade da terra o suporte para a sua acumulação ampliada, como veremos mais adiante.

A partir desta estrutura fundiária, o uso da terra, baseado em experiências agrícolas nas propriedades, buscando as técnicas para adequar a terra às sementes no cerrado e não ao contrário(57) "adequar a semente à terra", foi direcionado para a produção de uma única mercadoria, estimulados pelo governo da época, a monocultura do arroz de sequeiro. "Porém, o arroz de sequeiro é uma cultura utilizada na abertura de fronteiras e, após dois ou três plantios consecutivos, torna-se necessária uma correção do solo e rotação de cultura, prática amplamente difundida em outras regiões do cerrado do país"(58).

A destinação e uso da terra, para um cultivo de pouca duração, era conhecida por todos os pioneiros. A própria Cooperativa Agropecuária Mixta Canarana Ltda. desenvolvia ao mesmo tempo, assim como os pioneiros, experiências de culturas alternativas como a soja, o gergelim, a crotalária - culturas consideradas "nobres" para a exportação e ao mesmo tempo culturas capazes de recuperar o solo após correção do mesmo com calcáreo - e o feijão, milho e gramíneas, culturas estas não próprias do cerrado.

Os pioneiros, após plantarem três anos consecutivos nas suas terras, deixavam as mesmas para o pasto, plantando o capim gordura, o colômbio, a braquiara e o jaraguá, que podiam ser vendidas no

(57) Observação esta colocada por Ivo Poletto no seminário sobre "Fronteiras Agrícolas", na UFMT, Cuiabá, MT, em 1985.

(58) APRA - Associação de Produtores do Médio Araguaia, COOPERCANA e Sindicatos Rurais de Barra do Garças, Nova Xavantina e Água Boa - Reivindicações dos Produtores Rurais à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. (Mímeo, p.101).

mercado. Dessa forma redefiniam o objetivo que os fez migrarem, ou seja, a pecuária. Como alternativa para continuarem gozando do crédito subsidiado, arrendavam terras nas grandes fazendas com o compromisso de após dois anos deixarem as terras com pasto plantado.

O quadro a seguir mostra a produção dos pioneiros entrevistados (1973 a 1983):

QUADRO IX

A Produção - 1973/1974 - Canarana, MT

Anos	ARROZ				SOJA	
	Terra Própria		Terra Arrendada		ha	sacas (60kg)
	ha	sacas (60kg)	ha	sacas (60kg)		
1973/74	1.062	22.850				
1974/75	2.939	50.260				
1975/76	4.476	88.840	100	1.800		
1976/77	5.850	116.170	100	1.100		
1977/78	6.621	93.359	600	11.000	7	168
1978/79	3.555	48.830	600	8.300	189	1.098
1979/80	750	13.950	2.700	40.070	166	2.038
1980/81	263	4.190	2.050	32.977	263	4.190
1981/82	115	1.940	962	12.461	115	1.940
1982/83	45	830	1.300	15.597	45	830
1983/84	zero	-	-	-	-	-
Total:	25.676	4.412.219	8.412	123.305	785	10.264

Fonte: Entrevista 36 pioneiros - Canarana, MT - junho de 1984

Como podemos observar no quadro acima, no ano agrícola de 1975/76 e de 1976/77, os pioneiros atingiram a produtividade de 99,8 sacas/ha de arroz de sequeiro, nas terras próprias.

Com os lucros obtidos, grande parte aplicou o capital na compra de mais terras, insumos e equipamentos e fundamentalmente na

compra de gado, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO X

Aplicação do Dinheiro nos Tempos Bons

Categorias	Pioneiros (%)
Comprou gado	44.5
Comprou mais terras	22.2
Insumos e equipamentos	36.1
Comércio	11.5
Construiu casas	100.0

Fonte: resultado da pesquisa de campo, Canarana, MT, 1984.

Muitos dos que compraram gado compraram simultaneamente mais terras, construíram casas, etc. A aplicação no comércio foi pouca em relação às outras categorias. No entanto, muitos dos pioneiros nessa época já tinham comércio, lojas, restaurantes, supermercados, etc.

Assim, percebe-se que a maioria dos pioneiros empregou seu próprio capital no setor fundiário, comprando gado, terras, assim como reproduziram na compra de insumos e equipamentos, principalmente caminhões. Um pioneiro, por exemplo, comprou, nos bons tempos, quatro caminhões, três carros, montou churrascaria em Canarana e criou gado(59).

1979 foi o ano de maior produtividade do arroz de sequeiro em Canarana e toda a região. A área total plantada foi de 75.000 ha

(59) Entrevista com um pioneiro. Canarana, MT, 1984.

com uma produção de 96.120 toneladas de arroz de sequeiro ou 1.602.000 sacas de 60 kg(60).

Em Canarana, município emancipado em dezembro desse mesmo ano, esta foi a primeira produção resultante dos projetos de colonização implantados na área, o que o tornou um dos novos municípios de Mato Grosso que mais contribuiu para a arrecadação de ICM(61).

Nessa época já haviam sido assentadas mais de 424 famílias de colonos da COOPERCOL e da CONAGRO, excluídos os projetos de loteação fundiária nas terras dos grandes fazendeiros da região que as dividiram em lotes para especulação.

Se compararmos o ano agrícola de maior produção de arroz no município com o ano em que os pioneiros atingiram a produção máxima (1977), veremos que em 1979 (v.quadro IX, p.79), ano de maior produtividade do arroz, os pioneiros já estavam plantando em terras arrendadas. Nessa época os mesmos já estavam ricos, a unidade produtiva não era mais a familiar e sim a compra da força de trabalho. Eram empresários rurais. Estavam criando também gado de corte nas suas propriedades.

(60) Prefeitura Municipal de Canarana, Dados Agropecuários do Município de Canarana, mimeo.

(61) "Esta região passou a contribuir substancialmente e decisivamente nas rendas do Estado após a implantação dos Projetos de Colonização e o conseqüente desenvolvimento das atividades agrícolas. A participação da agricultura no total das arrecadações da Exatoria Estadual está em torno de 80%, sendo os 20% restantes a participação do comércio e da pecuária. Até o mês de maio de 1982 a Exatoria Estadual já registrou uma arrecadação de Cr\$ 47.520.367,00. A arrecadação estadual coloca o município de Canarana entre os municípios que mais participaram nos tributos estaduais no Mato Grosso" (id., ibid.).

Dessa forma, quando ocorre a grande crise do arroz na região (1980), os pioneiros serão menos afetados pela mesma, conseguindo reter a propriedade da terra, embora vendendo algum maquinário ou lotes que haviam adquirido nos "tempos bons". O que interessa é que apenas os pioneiros que entraram no projeto como trabalhadores assalariados da COOPERCOL é que serão expropriados dos seus lotes, transformando-se em trabalhadores assalariados em Canarana.

7. A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Uma das razões que levou os dirigentes da cooperativa de colonização a optarem pela compra de terras na região de Barra do Garças, foi a facilidade de acesso, através da BR que liga o município ao Estado de Goiás, assim como aos municípios considerados como mercados regionais para a comercialização dos produtos, como os centros consumidores de Piranhas, Anápolis, Jataí, Rio Verde e Goiânia, neste Estado, e Luciara, Torixoreu, General Carneiro e o próprio município de Barra do Garças no Estado do Mato Grosso (62).

Até o ano de 1974 a maioria dos pioneiros encaminhava a estes centros os seus produtos. Em 1975, quando começa o "boom" da produção do arroz, a recém criada Cooperativa Agropecuária Mixta Canarana Ltda arregimentou todos os produtores do distrito de colonização, assim como os grandes fazendeiros e grupos econômicos da SUDAM de todo o Médio Araguaia.

Os pioneiros, como associados da cooperativa, deveriam comercializar por intermédio da mesma. No entanto, pela posição econômica que conseguem manter como capitalistas, atingem um certo grau de autonomia com relação à cooperativa e ao próprio capital financeiro, que lhes permite escapar ao controle destas instituições e

(62) Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. op.cit., p.126.

ao mesmo tempo usarem esses instrumentos do capitalismo como suporte para a acumulação ampliada.

Desta forma os pioneiros, segundo seus interesses econômicos, comercializavam ou não, por intermédio da cooperativa(63):

"Entregava parcial para a cooperativa. Se tivesse entregado tudo a particulares tinha pago o Banco na época certa. Em 1983 vendi para particulares a Cr\$ 3.000,00, e para a CFP a Cr\$ 2.000,00".

"Eu sempre tive condições de trazer tudo de Goiânia. A produção vendia diretamente para uma firma nesta cidade. Não usava a cooperativa".

"Dois anos, 1978 e 1979, vendi a particulares. Com a venda para a CFP foi muito pouco. No total fui bem servido".

"Vendia através da cooperativa. Esperava a alta dos preços para comercializar".

"Quase nunca entregava a produção para a cooperativa. Nós vendíamos direto para Goiânia. Nós tínhamos armazém, secador e de lá ia direto para Goiânia".

"Em 1977, quando colhi bastante, vendi por fora para uma firma em Goiânia".

(63) Depoimentos dos pioneiros entrevistados em Canarana.

Estes são alguns dos depoimentos dos pioneiros com relação à comercialização da sua produção. A maioria não comercializava toda a produção pela COOPERCANA, embora fosse obrigação estatutária, exigida de forma autoritária, dos demais colonos.

Podemos confirmar estes dados no quadro a seguir:

QUADRO XI

A comercialização do arroz de sequeiro - Pioneiros de Canarana
- 1984 -

Categorias	(%)
Comercializavam toda produção pela cooperativa	33.3
Comercializavam parte da produção pela cooperativa e parte fora	52.9
Não comercializavam pela cooperativa	13.8
Total:	100.0

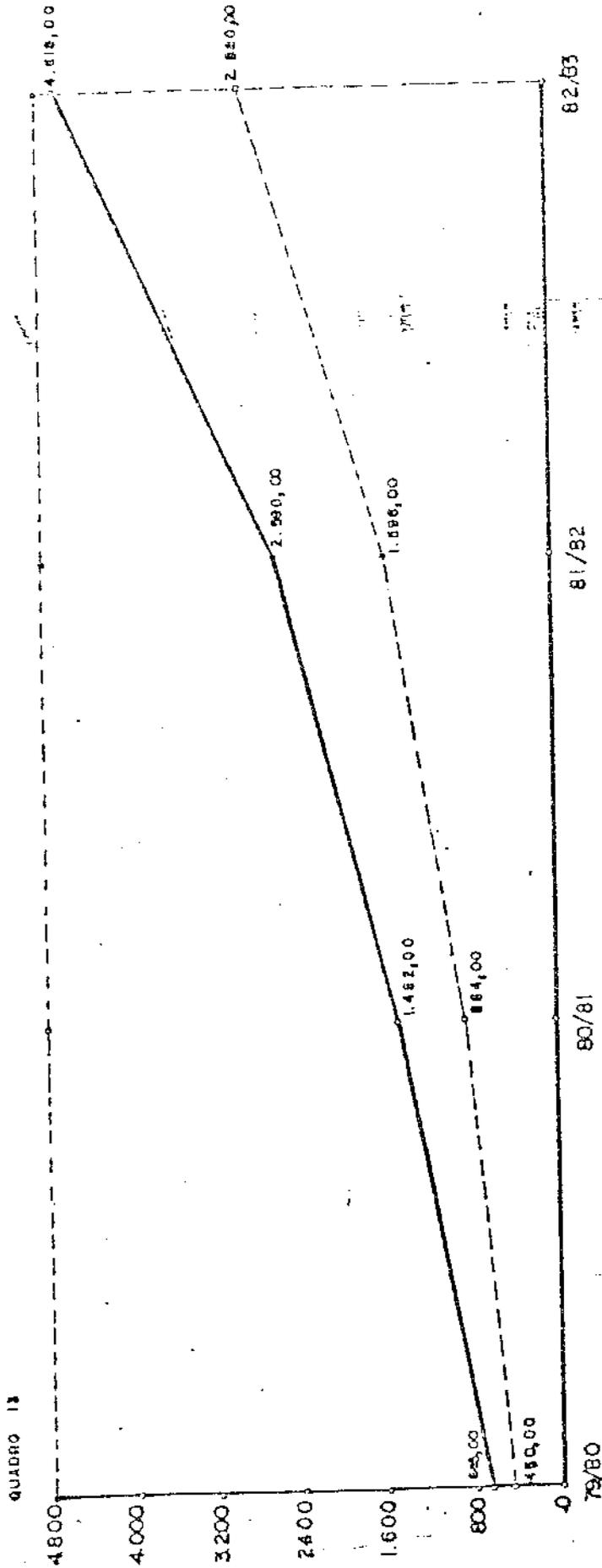
Fonte: Pesquisa em Canarana, 1984.

A COOPERCANA comercializava a produção dos seus associados via CFP ou via particulares.

"A cooperativa não é obrigada a vender para a CFP - Companhia de Financiamento à Produção, órgão do Estado. A soja, por exemplo, não vendemos para a CFP. Este ano vendemos para a ABC de Uberlândia, em Minas Gerais, indústria de óleo. Nós vendemos para quem quisermos. Os associados vêm aqui e perguntam qual é o melhor preço do arroz. Aí se ele achar que é vantagem vender por esse preço, paga o Banco do Brasil e assina um papel autorizando a venda. Outros, que esperam, recebem preços melhores, mas aí os juros são mais altos no banco.

QUADRO XII

(CULTURA DO ARROZ - SACCA DE 60 Kg)



SAFRA	CUSTO DE PRODUÇÃO	PREÇO DE VENDA	DEFASSAGEM
79 / 80	645,00	400,00	30,24%
80 / 81	1.482,00	864,00	41,71%
81 / 82	2.598,00	1.596,00	38,38%
82 / 83	4.618,00	2.820,00	37,63%

Nós temos telex. Estamos sempre informados da Bolsa de preços do dia. A variação dos preços, os colonos é quem tem que adivinhar o dia que está mais alto"(64).

As vantagens da CFP era que a mesma não classificava os grãos, ou seja, taxava o preço mínimo, igual tanto para o produto com índice de umidade máxima permitido como para o de índice mínimo de umidade(65). Quem produzia o arroz de melhor qualidade era prejudicado nas negociações. O associado tem prazo para efetuar a venda do produto. A partir de trinta dias começa a pagar à cooperativa pela estocagem de sua produção.

A Companhia de Financiamento à Produção era, para o pioneiro, a "maior intermediária da região". Se no começo ela beneficiou os produtores, pois não classificava o produto, a partir de 1980 os preços mínimos tabelados pelo governo federal não cobriam os custos de produção, como mostra o quadro nº XII, elaborado pela APRA - Associação dos Produtores do Médio Araguaia.

Como mostra a tabela "Custo de Produção e Preço de Venda", a defasagem dos preços mínimos impostos pelo governo Figueiredo, com relação ao custo de produção, começou realmente a partir de 1980, explodindo em Canarana e em todo o Médio Araguaia a crise do arroz, que levou à concentração fundiária e à expropriação em massa de grande parte dos colonos.

No entanto, para a maioria dos pioneiros que obtiveram a pro-

(64) Gerente da COOPERCANA em 1983, em Canarana. Entrevista realizada em julho de 1983, Canarana, MT.

(65) A partir de 1984 a CFP passou a classificar o produto de acordo com a qualidade.

atividade máxima da produção do arroz de sequeiro em 1976, valeu o pioneirismo porque, nesta época, poucos estavam plantando (v. quadro da produção). Dessa forma, os pioneiros se beneficiaram da crise concentrando terras, comprando-as dos colonos "indigentes", como veremos.

Assim, se a comercialização, via CFP, no começo foi vantagem, pois não classificava o produto e permitia a alta dos preços pelos particulares, atualmente a mesma não tem mais sentido para os pioneiros como podemos ver nos seguintes depoimentos:

"A CFP em certas ocasiões era uma boa, se não a exploração era maior. Não acho bom o sistema político do governo, que está abaixo dos preços mínimos da produção".

"Em parte foi uma boa porque comprava tudo, qualquer tipo de produto. E, em parte, não foi bom porque os preços não compensavam".

"A CFP foi a perda de muita gente aqui. Se ela tivesse favorecido, todos seriam livres, não teriam vendido trator como muita gente fez".

"Nos primeiros tempos a CFP nos deu uma mão. Atualmente, com o comércio evoluindo, não tem mais sentido".

8. AS RELAÇÕES COM A COOPERCANA

A estratégia de criação da Cooperativa Agropecuária Mixta Canarana Ltda., COOPERCANA, representou praticamente um golpe político contra os pioneiros, visto que a sua criação se deu longe dos mesmos e através de alianças de Norberto Schwantes com os colonos de Água Boa.

Desta forma a criação da COOPERCANA se configurou como uma reivindicação do colonato em geral, da necessidade efetiva de uma cooperativa de produção e consumo que cobrisse o processo produtivo como um todo, da semente à comercialização.

Sendo as cooperativas em geral uma forma de concentração de capital, se consolida o poder econômico na região do Médio Araguaia, na imagem deste organismo, a COOPERCANA, que atraiu para si o poder delegado pelo governo militar anteriormente dado à COOPERCOL (não podemos esquecer que Norberto Schwantes era amigo particular do Presidente Geisel). Assim a COOPERCANA acabou se constituindo na região como uma espécie de prolongamento deste poder, o qual monopoliza a ação produtiva em todas as suas articulações, como mediadora entre o capital financeiro industrial e a produção.

Se antes o poder era apenas uma delegação tácita entre grupos privilegiados e o governo federal, com a institucionalização da cooperativa se consolida definitivamente a captação do sobre-traba

lho, ainda que formalmente, dos seus associados e as transformações graduais das relações de trabalho, que vão se configurando como relações capitalistas à medida que avança a centralização e a industrialização.

Detendo o monopólio da comercialização do arroz e demais produtos agrícolas da região, a COOPERCANA transforma-se rapidamente, no decorrer de três anos, num grande empreendimento econômico, gozando de posição privilegiada com a associação de todos os produtores rurais da região, implantando em cada núcleo de colonização um posto: Água Boa, Canarana, Serra Dourada, Nova Xavantina, Barra do Garças, etc.

A cooperativa elaborava os projetos de custeio à produção com fins ao financiamento. Nestes projetos, seguindo prescrições técnicas exigidas pelo governo, desde sementes selecionadas, adubos químicos, fertilizantes e tecnologia mecanizada, a cooperativa agenciava a intermediação, usufruindo sempre de excedentes de ambos os lados: de produtores e de multinacionais. Dos produtores, através de taxas, de prestação de serviços; das multinacionais, por serem clientes preferenciais.

Assim, no período de 1975 a 1980, a COOPERCANA consegue deter, através da centralização de capital e do agenciamento, um patrimônio que se estende em toda a área de colonização sob sua influência, instalando em cada unidade agências, armazéns, silos, fábricas de ração, unidades de beneficiamento, assim como escritórios montados com toda a infraestrutura tecnológica (telex, rádio, mini computadores, etc.) em cidades como Cuiabá, Porto Alegre, Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro. Possuía, ainda, uma pequena frota de aviões para o uso exclusivo de seus diretores. Como afirmou o gerente

da cooperativa(66): "A COOPERCANA tinha cinco aviões. De repente os diretores se encontravam em Brasília, cada um num avião".

Em 1978 a cooperativa adquire uma área de 3.000 ha de terras em Barra do Garças com riquíssimas jazidas de calcáreo dolomítico. Segundo o gerente, "a cooperativa tem calcáreo para 500 anos". Para a implantação da indústria de calcáreo, financiou trinta e cinco milhões de cruzeiros pelo BNCC em 1982, aplicando com recursos próprios setenta e cinco milhões de cruzeiros(67). Cada colono associado participou com Cr\$ 40.000,00 para a compra da mina de calcáreo.

Com uma política vertical, autoritária, excludente, impregnada pelo autoritarismo da política governamental da época, a COOPERCANA foi apontada pelos pioneiros como um dos indicadores (junto ao Banco do Brasil e a CFP) de expropriação de um grande número de colonos, a partir de 1982, em Canarana e toda a região da colonização(68), como demonstram os dados a seguir:

"Em termos pessoais não dá para apontar os benefícios que a cooperativa trouxe para os colonos. É no todo que ela oferece condições. Se ela é um controlador de picaretagem no comércio, não podemos esquecer que ela é também uma exploradora através da

(66) Gerente da COOPERCANA em 1984. Entrevista.

(67) Dados fornecidos pela COOPERCANA em Canarana, MT, 1984.

(68) Na reunião coletiva que realizamos com os colonos em julho de 1983, os mesmos apontaram esses três indicadores para explicar a "quebra de muitos colonos".

concorrência. A cooperativa fez muitas vezes de seu associado um escravo" (pioneiro).

"A cooperativa nunca deu chances para o agricultor. No Sul a cooperativa adiantava dinheiro se a gente estivesse precisando. Aqui nunca aconteceu isso" (pioneiro).

"Nas assembléias os associados não podiam reclamar nada. Se o fizessem eram considerados maus associados, podendo ser expulsos da cooperativa" (pioneiro).

Um fato que veio comprovar o agenciamento de parte da cooperativa com as multinacionais do adubo, foi a insistência e obrigatoriedade na aplicação exagerada do adubo nas terras dos seus associados, aconselhado pela assistência técnica, o que se transformou num dos fatores principais de prejuízo aos produtores, atingindo o extremo de queima do solo por excesso de adubo:

"Os diretores eram representantes dos adubos. Por isso queriam vender e queimavam as terras. Houve uma época em que os técnicos da cooperativa recomendaram 250 kg de fertilizantes por ha de terra, ou 40 kg de sementes de arroz. Queimou toda a produção" (pioneiro).

"No começo, a cooperativa em vez de procurar alternativas para o esgotamento do solo, mandava colocar mais adubo" (pioneiro).

"Os técnicos e agrônomos que nós temos não sabem

nada. Se quiserem saber alguma coisa devem perguntar ao colono. A realidade é a prática. A cooperativa mandou os técnicos fazerem experiência em terras dos colonos. Quando eles erravam, que era quase sempre, diziam que deu zebra. Mas o banco não queria saber disso, tem que pagar a dívida" (pioneiro).

Segundo o depoimento de um técnico da EMATER em Canarana, a cooperativa foi uma das responsáveis pela queda da produção do arroz na região. Afirma esse técnico que as sementes de arroz distribuídas pela cooperativa pertenciam a uma única variedade, determinando o decréscimo da produção. "A semente ficou quase dez anos na mesma variedade. A pesquisa deveria trazer novas variedades de sementes. Você vê: dez anos a mesma variedade, tinha que dar no que deu. Antes a cooperativa fazia grandes estoques de agrotóxicos, adubos, sementes, o que representou prejuízo, pois ela queria vender e o produto velho prejudica ainda mais"(69).

Com a industrialização da jazida de calcáreo, a cooperativa abre a perspectiva e a esperança dos produtores para a recuperação do solo, visto que os mesmos contribuíram para a compra dessa jazida. Para a recuperação do solo eram necessárias quatro toneladas de calcáreo por ha. No entanto a cooperativa não vendia e não vende o produto diretamente para os associados. Isto é feito através do financiamento aprovado pelo Banco do Brasil. Se este não libera

(69) Entrevista com um técnico da EMATER em Canarana, junho de 1984.

o financiamento não há calcáreo para os produtores.

Por outro lado, o produto era vendido a preços mais altos do que o calcáreo de Goiás. Como afirmaram os pioneiros:

"Nós temos o privilégio de ter o calcáreo mais caro do Brasil. Isso que é nosso. Eu compro em Goiânia porque lá é mais barato".

"O calcáreo custa para nós (1984) Cr\$ 3.000,00 a tonelada e o preço do frete é de Cr\$ 20.000,00. Mais caro que o preço do produto".

"A cooperativa disse que aqui o calcáreo está mais perto, então temos que pagar mais caro. A cooperativa vende o calcáreo a duas multinacionais mais barato e para nós mais caro. Por isso saí da cooperativa".

Dessa forma, a COOPERCANA foi uma das grandes responsáveis pela expropriação dos colonos na região do Médio Araguaia. Embora as cooperativas, de um modo geral, sejam um empreendimento capaz de realizar a expropriação do camponês sem entretanto destruí-lo, em Canarana, nestas circunstâncias, a cooperativa expropriou e destruiu grande parte dos seus colonos associados. Uma das razões explicativas talvez seja o fato dela deter na região o monopólio econômico.

Em 1984 grande parte dos colonos de Canarana já não se encontravam mais no município. Uns foram trabalhar como administradores nas grandes fazendas de agropecuária, outros compraram terras através dos projetos do INCRA, como São Lucas do Rio Verde, projetos me

nores com lotes de 100 ha, e outros ainda se transformaram em assalariados, ou seja, trabalhadores livres que nada mais tinham para vender a não ser a sua força de trabalho.

QUADRO XIII

Colonos expropriados em Canarana - 1984

Projetos	Nº de colonos na implantação	Nº colonos em 1984	Nº colonos expropriados	(%)
Canarana II	47	27	20	42.5
Tanguro I	32	21	11	34.4
Tanguro II	49	23	26	53.0
Culuene	90	5	85	94.0
Total:	218	76	142	65.0

Fonte: COOPERCANA - junho de 1984.

Se os colonos, camponeses da unidade familiar, tornaram-se em Canarana "trabalhadores para o capital"(70) ou foram violentamente expropriados pela cooperativa, pelo Banco do Brasil e a CFP, os pioneiros, cujas condições para tornarem-se capitalistas já estavam dadas no Sul, em Tenente Portela, conseguiram transpor a barreira destas instituições. Enquanto colonizadores e dirigentes do processo geral de colonização da região, beneficiaram-se destas Instituições reproduzindo-se como fazendeiros através da acumulação. Atin-gem um patamar econômico difícil de ser manipulado pela cooperati-va, não só pelo pioneirismo mas também pela acumulação, chegando a

(70) Maria de Nazareth Wanderley, em sua obra "O Camponês, um Trabalhador para o Capital", explica a natureza das relações dos camponeses subordinados, ainda que formalmente, ao capital financeiro, industrial e às cooperativas. O sobre-trabalho destes camponeses é apropriado por estes agentes do capital.

um certo momento a ser um confronto à atuação dos dirigentes da COOPERCANANA pelas disputas e pelas críticas constantes à mesma.

Segundo um diretor da COOPERCOL, os pioneiros, à medida que progrediam economicamente, tornavam-se seus opositores:

"Com o enriquecimento dos colonos em Canarana, tivemos sérios problemas. Começaram a não nos respeitar mais. Sentimos que estávamos perdendo a liderança, saímos às pressas e compramos helicópteros, aviões, e o Norberto foi a Canarana de Cadillac. Tentamos nos impor mostrando nosso poder econômico que era só o que eles respeitavam. Começamos a voar de helicóptero na cabeça deles. Esta foi a estratégia que usamos para readquirirmos a liderança sobre os colonos, mostrar o poder econômico. Isto não aconteceu em Água Boa, pois mostramos nosso poder econômico no começo. Os colonos diziam que eu era um pobre advogadozinho"(71).

Este depoimento mostra as relações de poder entre os pioneiros e o grupo dirigente da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda, assim como da COOPERCANANA. Em 1981 Norberto Schwantes se exonerou da presidência da COOPERCANANA, abandonou a CONAGRO e vai trabalhar para o governo federal no Estado do Pará, ainda em colonização. Assume a cooperativa o pioneiro Orlando Rower que, de certa forma, sempre foi o mediador entre o grupo Schwantes e os pioneiros.

(71) Entrevista. Cuiabá, 1984.

Atualmente 22,2% dos pioneiros se desligaram da cooperativa por não concordarem com a forma de atuação da mesma. "Cooperativa não é isso que tá aí", disseram os mesmos. "Faz quatro anos que saí da cooperativa. Nós éramos tratados como uma tropa de burros. Não tinha democracia lá dentro", concluíram.

Para os pioneiros, detendo um certo grau de autonomia com relação à cooperativa, esta veio contribuir para a sua acumulação abrindo mercado para os produtos, estabelecendo a concorrência intercapitalista e aumentando a riqueza social na região, com a alta valorização das terras, industrialização, comércio e crescimento econômico de toda a região.

9. AS RELAÇÕES COM O BANCO DO BRASIL

Como vimos no Quadro XII, a partir de 1980 a defasagem entre o custo e a venda de produção era grande, sendo que o primeiro estava sempre acima do segundo, chegando a 41,7% a mais alta e 30% a mais baixa. Isto acontecia devido à política dos preços mínimos do governo do general João Batista Figueiredo, Presidente do Brasil na época. Assim, o preço de venda do arroz estava sempre abaixo do custo de produção.

Como consequência dessa política governamental, os produtores que estavam plantando via crédito e não tinham outras alternativas, não conseguiam cobrir os empréstimos efetuados no Banco do Brasil.

Desta forma, a média de inadimplentes do Banco era, no Médio Araguaia, em torno de 700 produtores, ou seja, 40%. Em Canarana, março de 1984, em torno de 180 inadimplentes(72).

Diante desse impasse os produtores da região se mobilizaram junto ao governo federal reivindicando a mudança dessa política, indo a Brasília em comitiva, em 1983. Como resposta, o Banco Central decide por um mês, março de 1984, abolir a correção monetária que

(72) Dados fornecidos por Emar Zieth, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Canarana, 1984.

era de 70% da variação das ORTNs na região, mais os juros fixos de 3% dos inadimplentes.

"Como tinha muitos inadimplentes e o Banco do Brasil, que é o dono das terras, não queria terra e sim o capital, o Banco Central decide durante um mês abolir a correção monetária mais os juros. Quem devia trinta milhões de cruzeiros, pagou apenas três milhões"(73).

Esta anistia beneficiou apenas os inadimplentes, ou seja, os colonos que estavam endividados com o Banco do Brasil e não tinham mais crédito. Quem estava em dia com as suas dívidas não foi beneficiado com a anistia.

A grande maioria dos colonos que estava na situação de inadimplente e não tinha o dinheiro naquele momento para saldar sua dívida, vendeu seus lotes. Segundo Gilmar, técnico da COOPERCANA, só em Culuene mais de 90% vendeu suas terras:

"Em Culuene todos os lotes estavam endividados. O Banco do Brasil soltou essa de perdoar a correção monetária num período de trinta dias, o pessoal vendeu tudo. Não temos mais lotes endividados lá. Muitos foram paulistas que vieram e compraram os lotes.

Quem comprou os lotes não tem dívidas. Aí vai ser bom. Muitos colocaram gado nas terras. Nós vamos

(73) Depoimento de Marcus Vinícius Carrasqueira, agrônomo da COOPERCANA em Canarana, 1984.

incentivar para plantarem soja e gergelim. Dos que venderam, uns foram para Terra Nova, outros compraram lotes menores em outros projetos como Pirilampo, perto de Culuene, Queixada e Sucupira"(74).

Com relação aos pioneiros entrevistados durante a pesquisa, apenas um era considerado inadimplente. Este pagou o Banco, desligou-se da cooperativa e está criando gado. Os demais não puderam se beneficiar da anistia porque estavam em dia com o Banco. A grande maioria não tinha mais nenhuma espécie de dívida nessa época, como mostra a tabela a seguir:

QUADRO XIV

Situação dos pioneiros com relação ao Banco do Brasil em junho de 1984

Categorias	Pioneiros (%)
Não têm dívidas com o Banco	66
Têm dívidas mas estão em dia com o Banco	34
Não têm dívidas e não recebem mais financiamento	25

Fonte: Entrevistas com os pioneiros em Canarana, 1984.

Os pioneiros, como capitalistas, souberam jogar com o crédito agrícola trazendo benefícios para si, ou seja, reproduzindo este capital, adiantado pelo órgão financeiro na reprodução dos meios de produção, na compra de gado, assim como no comércio. A maioria

(74) Gilmar, técnico da COOPERCANA em Canarana, 1984.

reaplicou parte do capital financiado para a produção do arroz em outros setores, como demonstram os seguintes depoimentos:

"Eu enganava o Banco. Foi a única forma de não ter quebrado. Mas deu zebra. Falei a verdade e acabou. Não tenho mais financiamento".

"Eu desviei dinheiro e comprei gado. Senão teria quebrado se ficasse só na agricultura".

"O Banco do Brasil é um leão de boca aberta".

"O Banco do Brasil foi o grande responsável pela quebra de muita gente aqui. Eu não quebrei porque desde o começo coloquei gado nas minhas terras".

Como podemos ver, o crédito rural privilegiou fundamentalmente os pioneiros que, por se caracterizarem como uma "frente pioneira", criaram as condições de desenvolvimento da riqueza social (núcleo urbano, comércio, mercado para os produtos, etc.) através da colonização, reproduzindo-se de forma ampliada. Embora o crédito tenha sido distribuído de modo equitativo entre o conjunto dos produtores rurais da área de colonização, os colonos que chegaram na região sob outras condições, trabalhadores para o capital, não foram beneficiados, sendo, como já vimos, em grande parte expropriados pelo próprio capital financeiro, assim como pela cooperativa e pela política de preços mínimos do governo federal.

Assim, se no começo o Banco do Brasil era o último a receber

o pagamento pelos empréstimos agrícolas efetuados (75), quando se instalou em Canarana (agora município) começou a efetuar a cobrança das dívidas e a ameaçar tomar as terras. Os pioneiros em geral foram os primeiros a saldar essas dívidas, sendo que em 1984, quando o Banco do Brasil anistiou os inadimplentes, os mesmos não tinham mais dívidas, inclusive muitos não pediam mais financiamento.

(75) "Antigamente o Banco do Brasil era o último a receber. A idéia inicial talvez fosse a de que, como era colonização nova, o governo resolveu fazer vistas grossas para com os colonos. Outra causa, talvez, seja a Guerrilha do Araguaia. O governo tinha interesse em fixar estes agricultores aqui na região". (Marcus Vinícius Carrasqueira, entrevista já citada).

10. O PATRIMÔNIO ATUAL DOS PIONEIROS (1984)

O resultado da pesquisa de campo mostra que 88% dos pioneiros entrevistados mantêm a propriedade da terra; 5% venderam suas propriedades fundiárias investindo somente no comércio (supermercados, lojas, rodoviárias, etc.); 7% foram expropriados, transformando-se em trabalhadores assalariados, posseiros ou vivendo de aposentadoria. Estes foram os pioneiros que entraram no Projeto Canarana como trabalhadores assalariados da cooperativa de colonização. Nunca foram agricultores.

É preciso ressaltar que, quando realizamos a pesquisa, 14% dos pioneiros não se encontravam mais na região. Destes, 7% morreram e 7% voltaram para o Sul, Tenente Portela, ou compraram terra em Mato Grosso do Sul, Goiânia, etc. Estes dados apoiam-se no depoimento de Arlindo Schwuantes, atual presidente da COOPERCOL, em processo de desativação, e de alguns pioneiros entrevistados.

Dessa forma, os produtores rurais de Tenente Portela reproduziram-se em Canarana de forma ampliada, como acreditamos ter demonstrado. São, como veremos nos quadros a seguir, fazendeiros, criadores de gado de corte. Alguns venderam seu comércio urbano e preferiram criar gado apenas. Daí o baixo percentual de comerciantes mostrados no quadro sobre as atividades produtivas. Afinal, os pioneiros vieram para Canarana para serem fazendeiros. Isto só foi

possível, como veremos no próximo capítulo, pelo apoio do governo federal que os privilegiava nesse processo.

QUADRO XV

O patrimônio (em terras) pertencente aos pioneiros - junho de 1984.

Formulário	Terras (ha)		Total (ha)
	Pioneiro	Filhos	
1	480	-	480
2	480	480	960
3	480	616	1.096
4	200	-	200
5	480	480	960
6	420	1.480	1.900
7	7(*)	-	7
8	235	2.115	2.350
9	900	-	900
10	480	-	480
11	475	950	1.425
12	480	480	960
13	480	1.920	2.400
14	485	970	1.455
15	220(posses)	-	-
16	955	470	1.425
17	975	-	975
18	475	-	475
19	200	-	200
20	400	400	800
21	675	470	1.145
22	-	-	-
23	480	475	955
24	485	-	485
25	-	-	-
26	400	-	400
27	475	950	1.425
28	485	-	485
29	2.480	-	2.480
30	411	-	411
31	500	-	500
32	875	-	875
33	475	1.425	1.900
34	475	-	475
35	800	-	800
36	475	-	475

Fonte: Pesquisa de campo - Canarana, MT, junho de 1984

(*) Este pioneiro quebrou a coluna. Vendeu seu lote e ficou com uma chácara de 7 ha. Seu pai e irmãos possuem cinco lotes nos projetos de colonização, ou seja, 2.000 ha de terra, em média.

Como mostra o quadro acima, quase metade da terra (47%) está concentrada nas mãos de 30.5% dos pioneiros, que possuem mais de 1.000 ha.

Além das 36 entrevistas com roteiro, colhemos história de vida de oito pioneiros, não computados nesta amostra. Assim, um pioneiro, por exemplo, adquiriu dos colonos expropriados nesse projeto em Culuene, nove lotes, ou seja, 3.600 ha de terras em média.

Assim, voltando ao quadro anterior, 55.6% dos pioneiros concentraram a terra, sendo que destes alguns já colocaram parte das terras em nome dos filhos. Isto significa que estes 89% de pioneiros que conseguiram conservar a propriedade da terra, retiveram também a renda capitalizada, adiantada na compra das propriedades fundiárias, pela valorização fundiária da região.

Em 1972 os pioneiros pagaram pelos lotes de 475 ha, em média, Cr\$ 48.000 com juros baixíssimos em cinco a dez anos. O salário mínimo em 1972 era Cr\$ 206,40 no Mato Grosso, o que significa que o preço do lote estava em torno de 232,55 salários mínimos regionais. Estes, calculados com referência ao mês de junho de 1985, corresponde a um valor de Cr\$ 77.234.506,00, o que equivaleria ao preço da terra atualmente para lotes de 475 ha. Se atualmente o valor de cada lote, em Canarana, está em torno de quatrocentos milhões de cruzeiros e em 1972 valia setenta e sete milhões, em valores atualizados, conclui-se que houve uma valorização das terras na região, da ordem de trezentos e vinte e três milhões de cruzeiros.

Posto que estes pioneiros, como já vimos, não estão subordinados ao capital financeiro, nem mesmo à cooperativa, mantendo em

relação a estes um certo grau de autonomia, podemos afirmar que não são "trabalhadores para o capital". Portanto, puderam reter para si a renda da terra como proprietários. Por outro lado, as relações sociais que daí se desenvolvem, estão a nível de apropriação da mais-valia, da compra de força de trabalho e da mais-valia social em geral. Como fazendeiros, agropecuaristas, produtores de mercadorias, suas relações se dão a nível de mercado, da concorrência intercapitalista, dos preços dos produtos estipulados pelo mercado, podendo, daí, ter um maior ou menor lucro médio, ou até mesmo serem expropriados futuramente a nível destas relações.

Os quadros a seguir mostram o patrimônio atual dos pioneiros - Máquinas e Equipamentos e as Atividades Produtivas Atuais dos mesmos.

Como já vimos, a política dos preços mínimos do governo federal da época, 1980/84, quando os preços de custo da produção estavam acima dos preços mínimos de venda, foi um dos indicadores da expropriação em massa dos pequenos produtores na região do Médio Araguaia, levando-os a perderem os meios de produção (máquinas e equipamentos entregues ao Banco do Brasil) e a própria terra. Os pioneiros, diante dessa situação, conservaram suas máquinas e equipamentos, embora alguns as vendessem para aplicar na criação de gado, dado que, como criadores de gado de corte, a colheitadeira, o secador, não fariam nenhuma falta. Daí o pouco número destes equipamentos como podemos ver no Quadro XVI - Máquinas e Equipamentos.

Como está posto no quadro, a maioria dos pioneiros são hoje fazendeiros, como eles mesmos afirmaram: "Nós somos fazendeiros. Pe

la agricultura, somente, não sobreviveríamos". Esta tem limites, depende das condições climáticas, fertilidade dos solos e da flutuação de preços no mercado(76).

(76) Ver José Graziano da Silva, A Modernização Dolorosa, obra já citada.

QUADRO XVI

Máquinas e Equipamentos

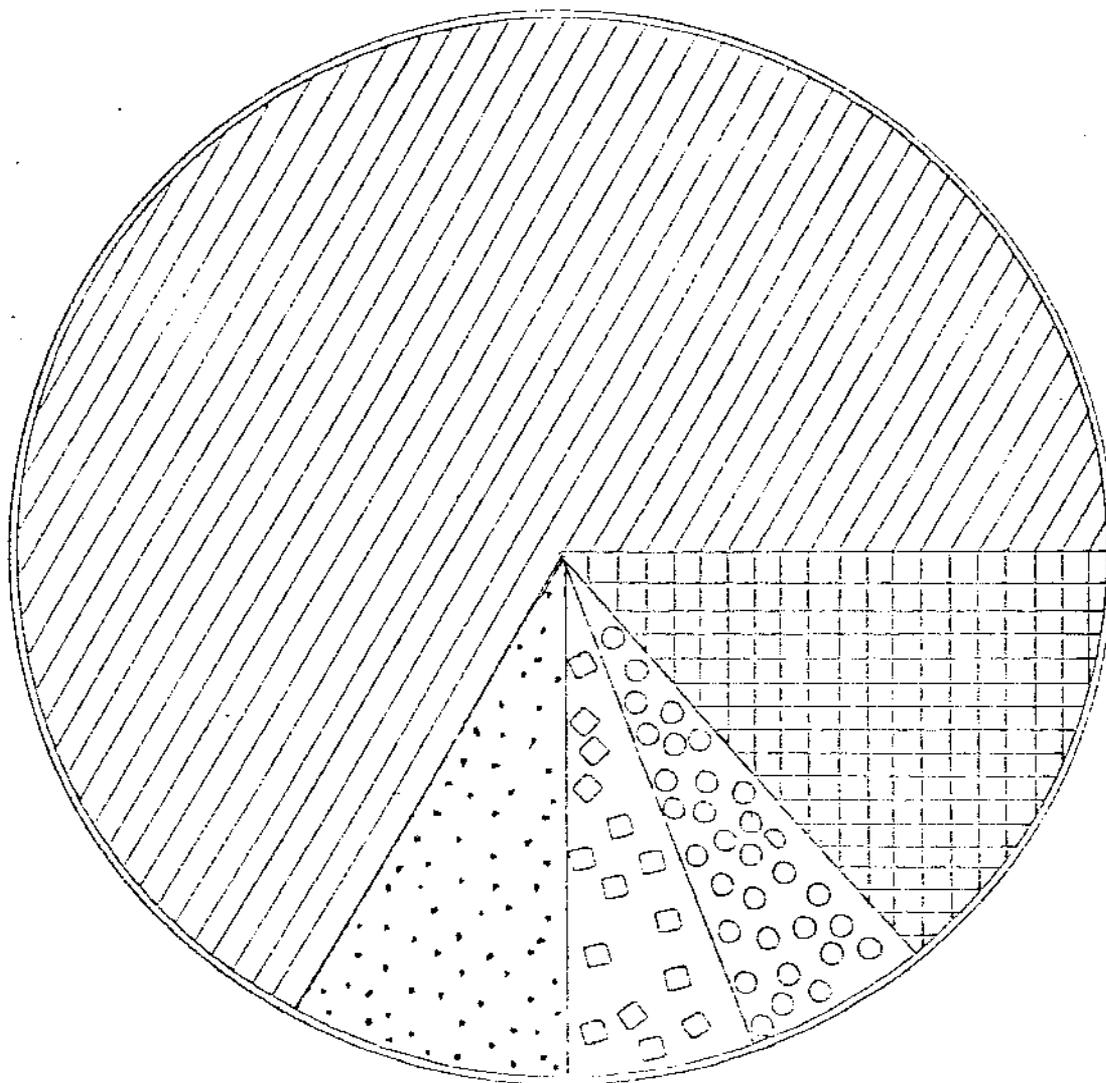
Form.	Trator	Grade	Colheit.	Secador	Caminhão	Car.	Camion.
1	1	1	-	-	-	1	-
2	1	1	1	1	-	1	-
3	1	1	1	-	-	1	-
4	3	3	1	-	1	-	-
5	1	1	-	-	-	1	-
6	1	1	-	-	-	1	-
7	-	-	-	-	-	1	-
8	2	2	1	-	-	1	-
9	2	2	1	-	-	1	-
10	1	1	-	-	-	-	1
11	1	1	1	-	-	1	-
12	1	1	-	-	-	-	1
13	1	1	1	-	-	-	1
14	1	1	-	-	-	-	1
15	1	1	-	-	-	-	1
16	1	1	1	-	-	-	1
17	1	1	1	-	1	1	-
18	1	1	1	-	-	1	-
19	comércio	-	-	-	-	-	1
20	1	-	-	-	1	1	-
21	1	1	-	-	-	-	-
22	-	-	-	-	-	-	-
23	1	1	-	-	-	1	-
24	1	-	1	-	-	-	1
25	-	-	-	-	-	-	-
26	-	-	-	-	-	-	-
27	1	1	1	1	1	-	-
28	2	1	1	-	-	1	-
29	2	1	1	-	-	-	1
30	1	1	1	-	-	1	-
31	1	1	-	-	1	-	-
32	2	2	1	-	1	1	-
33	1	1	1	-	1	-	1
34	1	1	-	-	-	-	1
35	2	2	-	-	1	-	-
36	1	1	1	-	1	-	-

Fonte: Entrevistas, junho de 1984, Canarana, MT.

QUADRO XVII

ATIVIDADES PRODUTIVAS PRINCIPAIS

Pioneiros de Canarana
junho - 1984



Elevatória



Agricultura



Comércio



Assalariados



OUTROS

11. AS RELAÇÕES POLÍTICAS

Como estava previsto no Projeto Canarana, o processo de colonização deu origem à formação de novos municípios, entre eles o de Canarana. Os pioneiros, como colonizadores e dirigentes do processo produtivo no campo, detentores do monopólio da terra, transformaram-se neste município na classe dominante, detendo, com a sua emancipação, o poder político. O primeiro prefeito nomeado foi um pioneiro.

Em 1983, quando entrevistamos o prefeito de Canarana eleito pelo voto, lhe perguntamos: - Há conflitos diretos entre os colonos e os posseiros aqui na região? Ao que respondeu: - "Não, o conflito dos posseiros é com os fazendeiros e com os grileiros interessados na região. Territorialmente Canarana está muito bem dividida: área dos colonos, área dos posseiros e área dos índios"(37).

Assim, o antagonismo entre os pioneiros e posseiros se dá na relação com a propriedade privada da terra. Como afirmou José de Souza Martins, "a frente pioneira formula seu antagonismo com a frente de expansão em torno de um valor: a propriedade privada da terra, isto é, a renda capitalizada. Esse antagonismo se apresenta

(77) Entrevista realizada em julho de 1983.

no âmbito das relações sociais pela descontinuidade de significações em torno do fator terra, sobretudo no que respeita ao modo de obter a propriedade (compra/ocupação)"(78).

Desta forma, a luta dos pioneiros e posseiros em Canarana se realizou a nível ideológico-político expresso nas manifestações culturais (jornais, rádio, escolas, etc.). Como não houve oposição direta entre ambos os segmentos de classe, visto que a mesma, na frente de expansão, ocorre entre fazendeiros e posseiros, distantes geograficamente da área de colonização, esta vai ocorrer no âmbito do capital mesmo.

Afirmou um diretor da Cooperativa: "A nossa área de atuação vai até Ribeirão Bonito e Cascalheira, povoados dos posseiros. Até lá nós mandamos. O outro lado pertence à prelazia de São Félix do Araguaia, sob o comando de D. Pedro Casaldáliga"(79). Assim, os pioneiros estabelecem uma linha imaginária na divisão entre ambos os segmentos. O confronto ideológico entre pioneiros e posseiros se deu a nível de Canarana e toda a área do distrito de colonização até Barra do Garças, através de jornais, rádio, etc., como podemos ver no texto de um jornal de Canarana:

"... Não bastasse a região enfrentar o grave problema fundiário, tem que carregar nas costas a fama do lugarejo (Cascalheira e Ribeirão Bonito) onde o sangue corre conforme o vento. Tudo decorren-

(78) Ver José de Souza Martins, "Frente Pioneira - Contribuição para uma Caracterização Sociológica". In: Capitalismo e Tradicionalismo, obra já citada.

(79) Entrevista. Cuiabá, 1984.

te do clima de tensão existente em função da inflação de grileiros comandados pelo Bispo: o assalto à propriedade privada" (Folha de Canarana, 15 a 21 de agosto de 1981).

Do referido tópico de discurso da classe dominante, o oprimido se torna o opressor, "os assaltantes da propriedade privada". O poder político dos pioneiros diminuiu em 1982, quando nas eleições diretas para prefeito saiu vitorioso um posseiro de Cascalheira.

As contradições neste determinado momento são aguçadas pela luta política que se trava entre posseiros e os dirigentes do processo produtivo em Canarana. Nesta luta, grande parte dos colonos em fase de expropriação apoiaram os candidatos dos posseiros, numa aliança entre os partidos do PMDB e PDT, partido a que pertencia grande parte dos colonos de Canarana. Os oprimidos, posseiros e colonos sufocados pelo capital, aparecem nas relações sociais determinados como opositores ao monopólio do capital e à política do governo militar para a agricultura.

Os pioneiros, como capitalistas individuais, aparecem com os seus iguais - os grandes fazendeiros - na luta pela manutenção do poder político, criando ao mesmo tempo a sua representação de classe através do Sindicato dos Produtores de Canarana, em 1983.

O presidente deste sindicato é um pioneiro:

"Eu sou o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Canarana. Nós criamos o Sindicato e começamos a nos organizar. Temos 210 sócios de colonos de Canarana, que era o número necessário para nos

legalizarmos no INCRA. Nós estudamos as irregularidades da cooperativa e discutimos. Nós somos um órgão de defesa da classe.

(...) O mutuário tinha dois milhões de dívidas no Banco e queria financiar o calcáreo e não tinha crédito, embora ele tivesse a terra e o maquinário. Nós lutamos e hoje tem uma linha de crédito para a recuperação da terra. Conseguimos provar ao Banco do Brasil que dez milhões de dívidas não são dívidas. Eles vieram e analisaram a situação"(80).

Posto que essa frente pioneira se reproduziu de forma ampliada, calcada no protecionismo estatal através do pacto político, crédito e delegação de poder, com o deslocamento deste poder e protecionismo para a esfera de atuação da COOPERCANA, esta se encontra na posição econômica desejada, mas com o respaldo governamental enfraquecido através da política dos preços mínimos. Desta forma organiza-se como classe através de um sindicato da categoria, como forma de manutenção do poder político e econômico em Canarana.

Como a oposição entre a frente pioneira e a frente de expansão se deu a nível ideológico-político, o avanço do capital na região, através do processo colonizatório, se deu sob outras formas. No primeiro momento, e aqui está a especificidade deste processo de colonização particular, determinado pela política governamental de modernização da agricultura, o capital, para se assentar na área, trouxe consigo os seus opositores mais diretos, os "novos campone-

(80) Entrevista já citada.

ses", ou seja, os colonos, já recriados no centro-sul do país. Estes foram explorados diretamente pelo capital financeiro, industrial e comercial. São os "trabalhadores para o capital" como mostra Maria Narazeth Baudel Wanderley na sua obra "O Camponês, um Trabalhador para o Capital".

Por outro lado, através da criação da infraestrutura urbana, atraíra para a região a mão-de-obra livre que viera em busca de trabalho. Não vai confiar nos posseiros para a exploração da mais-valia capitalista. Como afirmaram os pioneiros: "Prefiro trabalhar eu mesmo do que contratar o trabalho dos posseiros na minha fazenda. Eles não sabem fazer nada direito"(81).

Assim, acreditamos poder afirmar que a recusa dos pioneiros em contratar os posseiros como trabalhadores nas suas fazendas, deve-se ao fato de que os mesmos não são ainda "trabalhadores livres", continuam lutando pelo direito à terra-trabalho. Neste sentido não foram envolvidos totalmente pelas malhas do capital. A luta pela terra é uma constante no Estado de Mato Grosso.

Conseqüentemente, com a criação da riqueza social e o desenvolvimento do setor urbano, no espaço de 10 anos, Canarana tem, na periferia, várias favelas formadas pelo "exército de reserva" da cooperativa e do capitalismo em geral. Podemos citar como exemplo a Vila dos Saqueiros, onde vivem os trabalhadores sazonais da COOPERCANANA. Na época da colheita agrícola, estes ensacam as mercadorias para a cooperativa. Por isso o nome da vila: Vila dos Saqueiros. Importante mencionar aqui que, em 1982, nas eleições diretas

(81) Entrevista com um pioneiro de Canarana.

para prefeito, um "Saqueiro" foi eleito vereador do município pelo voto dos companheiros da Vila.

Na área da Indústria de Calcáreo, a cooperativa construiu um aglomerado de casas para os seus empregados permanentes vindos de outras regiões do Mato Grosso, Goiás, etc.

As contradições do capital são aguçadas às margens da BR-178 onde surgiram povoados de trabalhadores rurais, formados por posseiros expulsos de suas terras, onde se estabeleceram as grandes fazendas agropecuárias beneficiadas pela SUDAM.

Dessa forma, podemos concluir que o processo de avanço do capital na região do Médio Araguaia, Amazônia Legal, a atração dos grandes empresários, através dos incentivos fiscais da SUDAM e a atração dos pequenos e médios empresários através da colonização, só foi possível pela atuação do governo militar com sua política de ocupação dos "espaços vazios" na Amazônia onde privilegiou a classe empresarial através de alianças estabelecidas com a mesma.

O discurso do Marechal Castelo Branco, por ocasião da I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico da Amazônia, em dezembro de 1966, é bem elucidativo:

"... A primeira preocupação do país em relação à Amazônia brasileira - nela incluídas as vastidões do Planalto Central - tem de ser a de povoá-las racionalmente. É portanto fundamental ao interesse superior e permanente da Nação, conduzir as correntes migratórias internas, tanto a que historicamente promana do Nordeste, quanto a que tem origem no Centro-Sul, num sentido que assegure, a um só tem-

po, a ocupação humana da região, a conquista gradual progressiva e planejada de seus espaços vazios. Pois daí advirá a expansão e a interligação de suas linhas econômicas internas, a vivificação das faixas de fronteiras e a definitiva ligação da região com o resto do país".

Para isso propõe que:

"... faltou, porém, às administrações anteriores - mais do que um desejo vago, ainda que sincero, de domar o universo amazônico, uma política definida, um plano de ação e os meios e mecanismos indispensáveis para dar realidade aos bons propósitos e intenções.

SUDAM e BASA constituem-se nos organismos executores básicos deste propósito, o qual se baseia em uma aliança entre o governo e a iniciativa privada"(82).

Como se pode constatar através do discurso, a meta governamental de ocupação geopolítica da Amazônia, se deu através da distribuição geográfica da economia como forma de ocupação efetiva, incentivada pela SUDAM e o BASA como "organismos executores básicos deste propósito", a qual se "baseia numa aliança entre o governo e a iniciativa privada", o que já pressupõe a colonização como o pro

(82) Ministério da Agricultura, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, UFMG, "Ocupação Agrícola da Amazônia: Primeiros Estudos para a Fixação de Diretrizes" (Belo Horizonte, Brasília, outubro de 1979, p.26, mimeo).

cesso dirigente de controle social capaz de "conduzir as correntes migratórias internas, tanto as que historicamente promanam do Nordeste, quanto as que têm origem no Centro-Sul".

No entanto, mesmo com a criação do PIN (Programa de Integração Nacional) em 1970, que objetivava efetivar a política de ocupação da Amazônia e a criação do INCRA em 1971 - a quem caberia conduzir o processo de ocupação da Amazônia - observa-se que a colonização oficial dirigiu-se mais intensamente para as áreas geograficamente mais distantes da Amazônia, como Altamira, no Pará, etc., distantes do mercado e dos centros consumidores, e não para as áreas prioritárias com os Projetos da SUDAM, perto do mercado como o caso de Barra do Garças. A própria COOPERCOL, em 1971, teve como seu primeiro trabalho a serviço do INCRA, arregimentar e triar os "minifundistas", sem recursos financeiros, ou "sem-terra", para as áreas mais distantes da Amazônia como o norte de Mato Grosso e sul do Pará.

Gostaríamos, aqui, de frisar que se em 1971 o governo militar dá ênfase à colonização oficial, ao mesmo tempo abre espaço para a colonização particular. A criação da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. foi produto de alianças do governo federal com seus fundadores no sentido, talvez, de realizar as primeiras experiências de colonização particular (já prevista no Estatuto da Terra), ou seja, a de convidar as empresas particulares para colonizar a Amazônia.

O mesmo pode-se dizer da INDECO - Integração, Desenvolvimento e Colonização criada em 1973, para colonizar Alta Floresta, empresa particular, convidada pela POLOAMAZÔNIA para colonizar esta re-

gião.

Em 1976 o próprio governo federal anunciava que a colonização oficial não dera certo, e entregava a tarefa de colonizar às empresas particulares, diminuindo a colonização oficial. O discurso do Ministro do Planejamento Reis Veloso, em 1973, antecipava a desativação da colonização oficial:

"Até aqui a Transamazônica deu ênfase à colonização, mas a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, e a de promovermos a manutenção do equilíbrio ecológico, nos levam a convidar as grandes empresas a assumir a tarefa de desenvolver esta região"(83).

Assim, o movimento do capital no campo, especificamente na região do Médio Araguaia, tendo o governo federal como promotor e viabilizador deste movimento, se dá sob duas formas determinadas: primeiro, a criação da SUDAM, que beneficiou e atraiu os grandes empresários e grupos multinacionais para a agropecuária, exatamente na região dos posseiros que já se encontravam na área a mais de 10 anos; segundo, através da colonização particular na mesma região, gerando a riqueza social e a criação de municípios, assentando o capital financeiro, industrial e comercial, com a modernização agrícola.

Desta forma, estes dois aspectos do movimento do capital na região geraram dois tipos de conflitos de natureza diversa. Se no

(83) Ibidem Nota 82.

primeiro movimento o capital se beneficia da mais-valia social para a sua implantação, no segundo o capital se reproduz através da colonização, que se apropria de forma privilegiada, pelo PROTERRA, da renda da terra, fundamentalmente, e do trabalho familiar dos colonos atraídos.

Portanto, o governo federal da época foi o responsável pelas características que assumiu a conformação da estrutura fundiária, na fronteira agrícola matogrossense, permitindo a imposição do latifúndio pelo uso da força - grileiros, jagunços - intensificando a luta pela terra por parte dos posseiros e a modernização agrícola nas áreas de colonização particular. A consequência foi a intensificação da concentração fundiária levando, em poucos anos, à expropriação de grande massa de produtores rurais atraídos pela colonização.

Como afirma Bernard Sorj, "a política de incentivo à modernização da agricultura terminou se transformando numa política de incentivo à concentração de terras, uma vez que a criação da infraestrutura e juros subsidiados determinou um processo de valorização das mesmas"(84).

Se esta foi uma das consequências da política estatal nas regiões do Centro-Sul brasileiro, o mesmo ocorreu na área do distrito de colonização do Médio Araguaia, onde, como já vimos, a concentração fundiária adquiriu uma expressão violenta de expropriação, determinada através da produção de novas relações sociais, até certo ponto características do sistema agrário brasileiro.

(84) Bernard Sorj, op. cit.

A intensificação da luta de classes na região elevou o nível de consciência dos diferentes segmentos sociais - como posseiros, colonos e trabalhadores rurais - que assumiu características concretas na região. Ao mesmo tempo que os posseiros, colonos e trabalhadores rurais organizam-se através de seus sindicatos, os empresários rurais organizam-se através do Sindicato dos Produtores do Araguaia e Sindicato dos Produtores de Canarana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, talvez por ser uma Dissertação de Mestrado, não teve a pretensão de se tornar definitivo.

Consideramos que não está esgotado o estudo da ocupação e das transformações por que passa o capital na fronteira agrícola da Amazônia, em consequência das forças econômicas e políticas do governo autoritário da época. Tem especificidades, características próprias nas regiões determinadas. É um processo que está num constante movimento, "contraditório pela sua própria natureza".

Dentro dos nossos limites, através de um estudo delimitado, procuramos demonstrar as transformações pelas quais passou um segmento da classe camponesa em transição para a classe burguesa, ao se reproduzir de forma ampliada na fronteira agrícola do Estado do Mato Grosso, sob as asas do governo federal.

Tendo como objeto de estudo os pioneiros de Canarana, este trabalho não deixou de ser, até certo ponto, um estudo de caso. Os outros agentes sociais, como os colonos, os trabalhadores rurais, os posseiros, foram enfocados na medida que explicavam a ação desses pioneiros. Daí os nossos limites.

As considerações aqui expostas estão abertas para o levantamento de novas questões, para o debate com os próprios agentes so-

ciais aqui estudados e com a comunidade científica.

De certa forma, acreditamos ter contribuído para o estudo do processo de colonização na fronteira agrícola do Estado do Mato Grosso e das transformações por que passa o capital nesse processo.

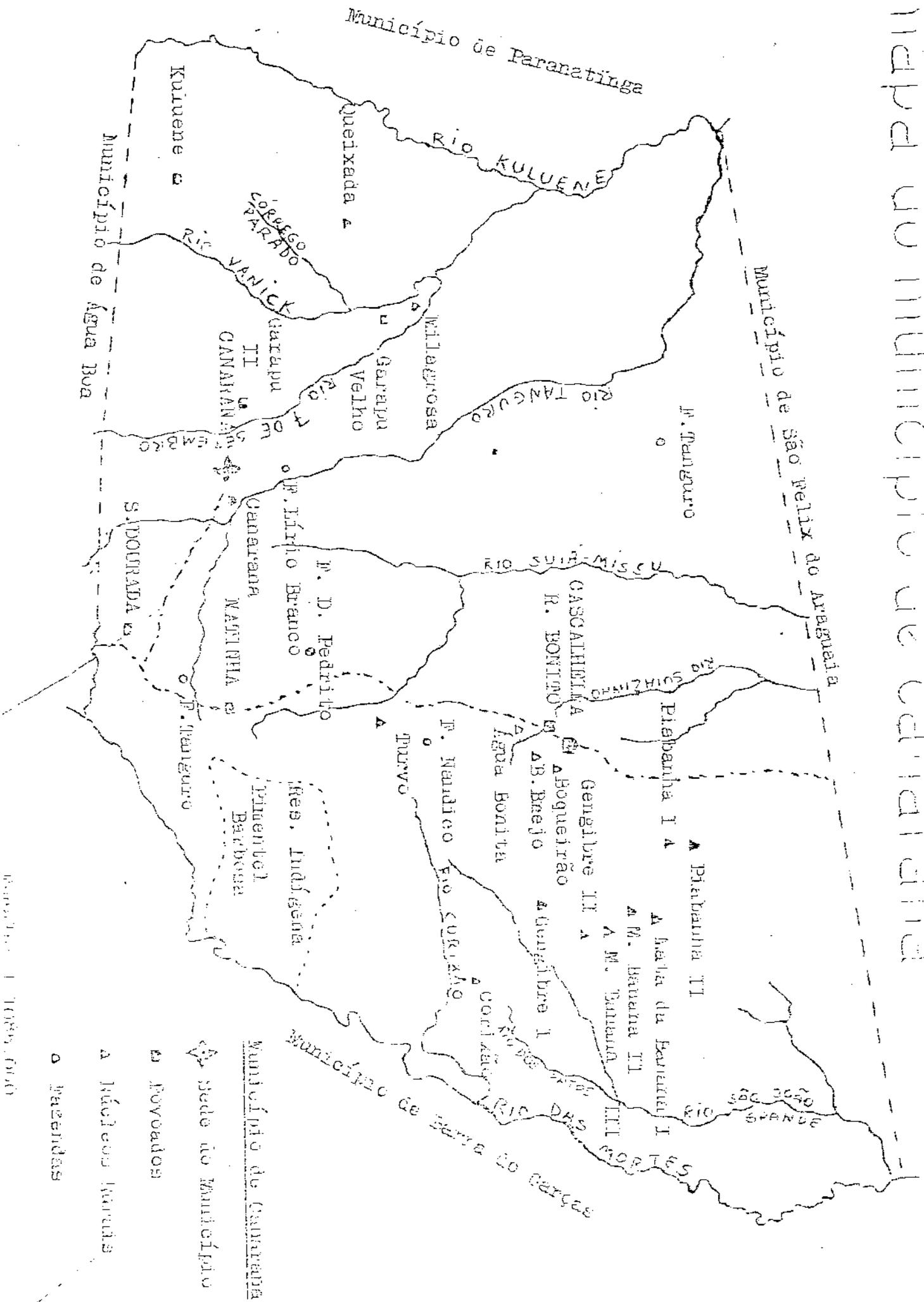
A N E X O S

MAPA 2.2.1
 ESTADO DE MATO GROSSO
 DIVISÃO POLITICA
 1980



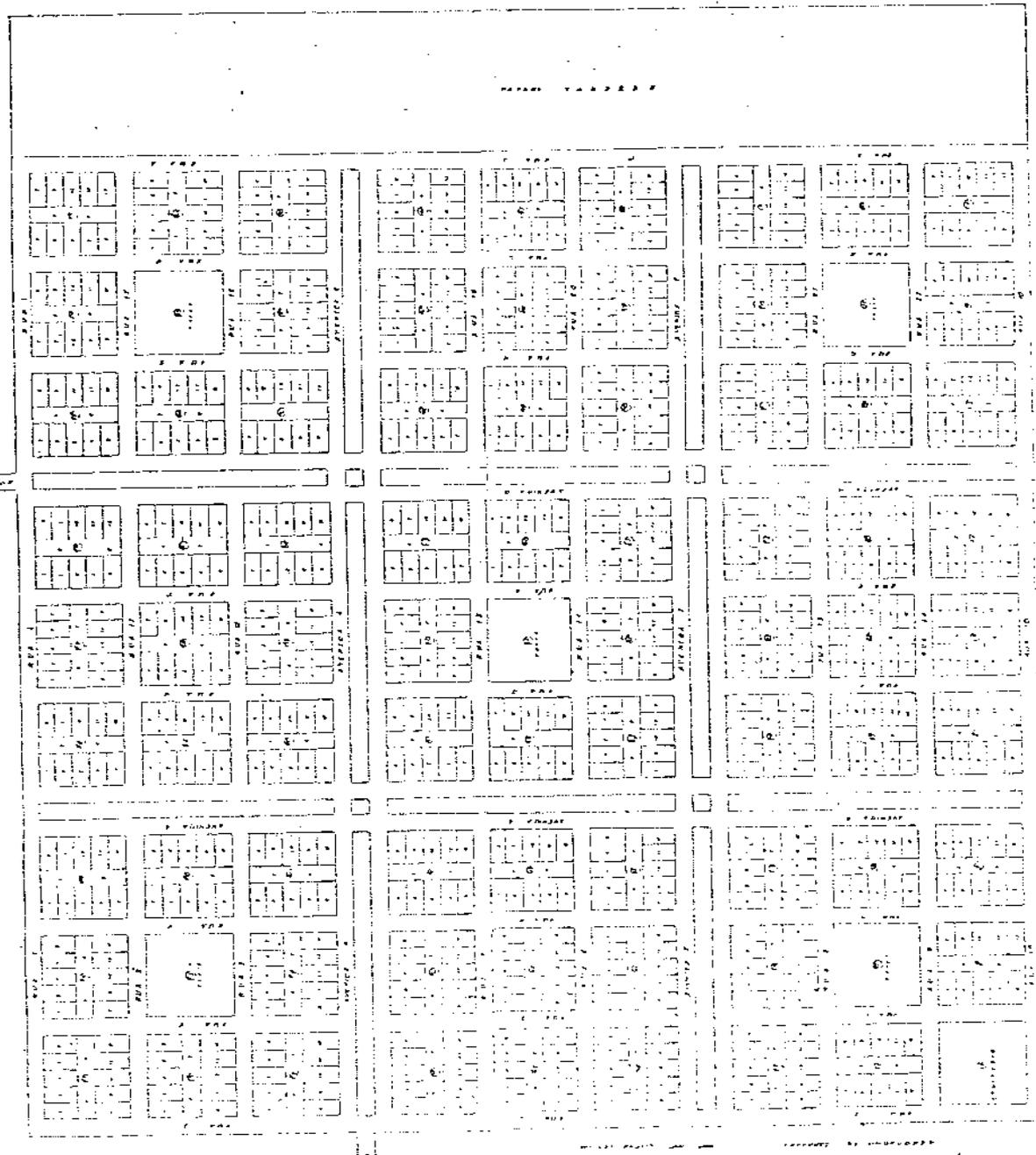
Fonte: Fundação Geográfica do Estado.

MAPA DO MUNICÍPIO DE CANARANA

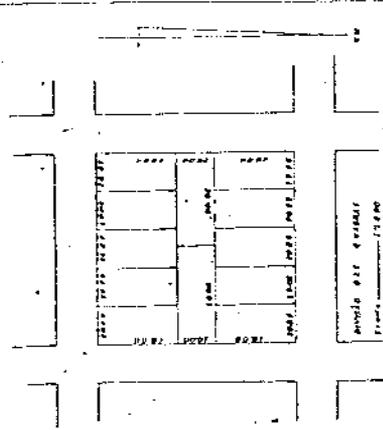


Canarana - 11/11/1989 - 01/01/1990

- ★ Sede do Município
- Povoados
- ▲ Núcleos Rurais
- △ Fazendas



1937 - 1938



PROJETO CANARANA
 PLANO DE LOTEAMENTO
 1937 - 1938

PROJETO CANARANA

COMISSÃO DE LOTEAMENTO DE TERRAS
 DA CIDADANIA

PLANO DE LOTEAMENTO

ÁREA DE 100 ALMOSARAS
 1937 - 1938

PROJETO CANARANA
 COMISSÃO DE LOTEAMENTO
 DA CIDADANIA

PROJETO CANARANA
 COMISSÃO DE LOTEAMENTO
 DA CIDADANIA

Comunicado da Coopercana aos associados

O Conselho de Administração, em reunião do dia 29-01-82, após comprovar a irregularidade no que determina o Estatuto Social em seu artigo 13.º, resolveu pelo desligamento do quadro social dos seguintes associados:

ITEM "B" e "C":

Adauto A. de Almeida
Adélmo Cichelero
Aicir F. Medeiros
Angélio Bressiani
Angelo João Both
Antônio Dutra do Nascimento
Antonio Gomes de Andrade
Antonio da Silva Neto
Armando Conceição
Armando José Kollet
Armín Laufer
Arnildo Ribas
Augustinho Granosik
Augusto Messias Alves
Carlos Golin
Carlos José Razera
Celso Luiz Razera
Cláudio Petri
Cláudio Kalkmann

Luiz Vitório Rigonat
Luiz Vilmar Koschewtz
Licopódes José da Silva
Manoel Argentino dos Santos
Manoel de Oliveira
Matheus L. Weillier
Maximino Luiz Fontana
Milton C. de Moraes
Milton José Moitenc
Nelson Eberhardt
Nivaldo Moreira dos Santos
Ovídio Artur Torre
Olavo Mann
Olivio Botolini
Ovívio Erd
Orlando Denis Nunes dos Santos
Osmar Rodrigues Ramos
Otto Lehrbach
Peri Saldanha Martins
Perci Pires Braga
Petri e Cia. Ltda.
Raul Orestes da Silva
Rogério Razera
Sebastião Mendes Monteiro
Sérgio Danilo Schuh
Theodoro Stefanoski
Valdelino Silverio Corrêa
Valdir Bodin
Valdir Cruz Trindade

que
em
ou
vez
va-
dico
nos-
nen-
r a
dia
de-
orta-
ssas

Darcido Aloisio Heckler
David Cardoso dos Santos
Edson Tomé
Elcides José Salamoni
Eronides Rodrigues dos Reis
Eurico Adeuri Bocalon dos Santos
Francisco A. Beckmann
Francisco Dutra do Nascimento
Frutuoso Ribeiro Nunes
Geraldo Lopes Viriatto
Herminio Berft
Ildo Pott
Ivan Luiz Salamoni
Jaime W. L. de Oliveira
João Hélio Herthal
Jorceli Franceschet
Jorge Alberto Wierheuper
José Antonio de Oliveira Neto
José Augusto de Oliveira
José Batista Felizardo
José A. Chaves Wolf
José Belmir Barbosa
José Carlos Priscnitz
José de Almeida Guerra
José de Lima Assis
José Paulo Weller
José Severino R. Neto
Leonel Rainer
Lindolfo Benic
Leônido Benedito das Chagas
Lírio Petri
Lotário Moser
Luiz Antonio Ceslin
Luiz Kovalski

Vicente Divino de Oliveira
Vidal W. Bobbrzky
Vilmo Hansen
Wilson de Almeida Avila
Volnei João Pizzi
Waltrudes O. Lúcio Medeiros
Wilmar Luiz Toniazzo
ITEM "C"
Brasil Grande — Fazenda Visão
Mário Nagano
Pastoril Agropecuária Couto Magalhães

De acordo com o Estatuto e a Lei Cooperativista, há um prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta para interpor recursos junto a Assembleia Geral, caso for de interesse. Este recurso deverá ser encaminhado ao Conselho de Administração, que o receberá se atendidas as seguintes condições:

- a) for apresentado em tempo hábil;
- b) estiver instruído com elementos que comprovem as alegações.

ORLANDO ROEWER

Presidente

4. PROJETOS - EMPRESAS - ÁREAS - PARCELAS - ANO

PROJETO - SUBPROJETO	COLONIZADORA	TOTAL - HA PARCELAS	PARCELAS	HA PARC.	HA IMPLANTACAO
Caipirana I - CAIPIRANA	COOPERCOL	38.851	81	38.095	1973
Caipirana II - CAIPIRANA	COOPERCOL	9.613	47	9.400	1974
Caipirana III - CAIPIRANA	COOPERCOL	28.775	71	28.400	1976
Água Boa I - ÁGUA BOA	COOPERCOL	24.300	60	24.000	1975
Água Boa II - ÁGUA BOA	COOPERCOL	14.537	36	14.400	1975
Vale Serra Azul - BARRA DO GARCAS	COOPERCOL	16.166	52	15.600	1976
Coqueiro I - BARRA DO GARCAS	COOPERCOL	9.697	47	9.400	1974
Coqueiros - BARRA DO GARCAS	COOPERCOL	18.531	44	17.600	1976
Coqueiro II - CAIPIRANA	COAGRO	25.014	56	22.400	1976
Coqueiro Dourado - CAIPIRANA	COAGRO	14.672	31	11.740	1977
Coqueiro - XAVANTINA	COAGRO	22.058	75	17.378	1977
Coqueiro I - CAIPIRANA	COAGRO	13.000	32	12.700	1976
Coqueiro II - CAIPIRANA	COAGRO	19.763	49	19.597	1977
Água Boa III - ÁGUA BOA	COAGRO	22.240	55	21.791	1977
Paraju - BARRA DO GARCAS	COAGRO	14.981	48	14.189	1977
Guinepe - CAIPIRANA	COAGRO	51.647	90	45.833	1978
Serra Azul - BARRA DO GARCAS	COBRIBASA	7.174	22	6.754	1978
Moidade - XAVANTINA	CACIQUE	8.700	20	8.000	1977
Moidade I - XAVANTINA	CACIQUE	9.800	24	9.600	1978
Joaquim - BARRA DO GARCAS	BARRAFÉRTIL	10.472	25	10.000	1978
Joaquim II - BARRA DO GARCAS	BARRAFÉRTIL	3.600	9	3.582	1978
Água Boa - ÁGUA BOA	COQUEO	4.986	12	4.800	1978
TOTAL		9.308	22	9.240	1979
				374.499	369

Canarana, 18 de agosto de 1968

Caros amigos, novamente estou escrevendo para vocês para transmitir mais alguns fatos que estão ocorrendo aqui em Canarana. Como vocês sabem a CFP comprou arroz dos colonos por Cr\$ 1600,00 e logo após isto, o preço subiu para mais de Cr\$5.000,00.

Isto revoltou os colonos. No Kulene, na vila de Canarana, onde os colonos estão muito mal, a Coopercana possui uma unidade armazenadora com capacidade para 100 mil sacas. No Kulene os colonos estão desesperados e trancaram a saída do produto adquirido pela CFP (embarque), o que provocou a vinda de representantes da CFP e do presidente da Coopercana. Nada resolveram. Aí o pessoal está agora decidido a ir para Brasília, mas por aqui houve-se boatos de intervenção da polícia Federal e até do Exército, para reprimir os trabalhadores. O Exército já reprimiu manifestações deste tipo há poucos dias na região de S. Félix de Araguaia, além de estar fazendo manobras de intimidação para os posseiros em toda a região de Araguaia. As manobras são anti-guerrilha e são feitas em público para que a população veja e se intimide. Eles gritam Slogans anti-Comunistas em ordens unidas, dando a parecer que a região está dominada por guerrilheiros comunistas.

Gostaríamos que vocês transmitissem ao povo daí estas notícias e se possível colocar alguma coisa na imprensa.

Aqui na Prefeitura continuamos o nosso trabalho, cheio de boa vontade, mas com grandes dificuldades por questões financeiras.

A equipe toda manda abraços.

Milton Mendes da Silva - Secretário de Administração

em defesa de Cascabeira

que a emancipação de Cascabeira seria uma espécie de defesa, uma de se combater diretamente e nas dali mesmo a oligarquia que ficou na cidade e que vem sendo ao melhor adubo existente de aspecto ideológico: explora a fé do povo aproveitando-se de cegueira e o Credo em Deus?

é exatamente isso o que ocorre naquela localidade. Já engastou para sua libertação político-religiosa. Ribeira Bonito e Cascabeira há muito o grupo aliado, e que fielmente acata as diretrizes do Bispo da Prelazia de São Pedro Casaldáliga Plá. O mesmo que em São Paulo, de uma Universidade fez questionar uma cátedra que pertence a guerrilheiro comunista. Cheias vestes foram "considerado religioso" como um cartão.

bastasse a região enfrentar o "bom-fazedor" tem que narrou a fama de lugarejo onde corre conforme o vento, oriente do clima de tensão e em função da insolação de comunidades pelo bispo à propriedades privadas. Ah, não através da própria reportagem de CANARANA que os humanos não são respeitáveis.

Chefe do Posto de Saúde de Cascabeira e seu ideológico desta, há muito vem privando de que não se dá bem com as atividades da cidade, de atenção de que deveria ser organizado. Simplesmente, e notícias gravadas em fitas cassete procura beneficiar os seguidores dos preceitos da doutrina aos populares. Até as crianças menos privadas de fé, dizendo não lavar o corpo de ou estão culpando

"inexistência de estoque de remédios"

Oras, isto nunca poderia acontecer, principalmente quando o governo finalmente dispõe de 77 milhões de cruzeiros dentro do Orçamento deste ano, no setor de saúde, para ser destinado ao Polo Regional de Barra do Garças afim de suprir toda a região. Denúncias houve, que a Chefe do Posto de Saúde de Cascabeira vem usando e abusando de sua condição de "chefe" para impedir que aqueles que não sigam os "ensinamentos" do bispo possam ser beneficiados pelo Posto que dirige.

Outra denúncia, a de que o Médico Diretor do Polo Regional de Saúde de Barra do Garças, Caroline Gomes dos Santos, apesar de ter visitado aquele Posto e deparado com propaganda política no seu interior, pelas paredes, até agora não comunicou a Secretaria da Saúde, para que tome as devidas providências.

Ademais sabe-se que os deputados Dante de Oliveira e Carlos Bezerra, os "despistas e absolutistas do PMDB" conforme um próprio e importante companheiro de partido há poucos dias atrás pelos jornais, são os "dirigentes" da ordem "Casaldaligista" em Cascabeira, tanto que quando ali estiverem para manter as "fases" transferiram o templo sagrado em "escritório político do seu partido" respeitando as determinações verdadeiras cristãs que recomendam dos discursos e das "ações" ali desenvolvidas pelos parlamentares.

Cascabeira, em função das denúncias gravadas e em poder deste jornal, pergunta: até quando o Bispo Casaldáliga mediará na vida dos cidadãos brasileiros — e não estrangeiros como o próprio bispo — ali residentes, ou até quando irão que falar à miséria porque no seu horário, Carlos Bezerra e Dante de Oliveira estão pregando a sua "doutrina" parmedelista" aos aderentes de "MONSENHOR CARLOS E DANTE DE OLIVEIRA".

DE BARZ DE SETEMBRO QUEREMOS VER O CANARANA

Administração JAMES DAMOEN

PERQUE SEU IMPÓSTO. VOOE TAMBOEM O PESSOAL DE

Unidade da Cooperativa em Canarana em Capacidade para

Em função do potencial agrícola local os produtores rurais encontram o arroz como maior fator de riqueza do município, não deixando porém por a soja, milho para a produção de moinho, conforme manifestações coletivas de produtores locais.

Congregando atualmente mais de mil associados a Cooperativa Agropecuária Mista Sulista na consult-se em uma das maiores unidades cooperativistas do Centro Oeste Brasileiro. Dentre as suas inúmeras Unidades Armazenadoras, estas estão situadas dentro do município de Canarana com capacidade de receber 1 milhão de sacas nos períodos de estocagem, São elas as de Canarana (480.000 sacas), Kuluene (120.000) e Sarapu (310.000).

Todo o quadro associativo da COOPERATIVA constituído pela maioria dos produtores de Canarana, esperam ansiosamente as primeiras sacas de café que serão produzidas pela COOPERATIVA em complexo industrial situado perto do Distrito barbaçarense de Cocafino, cuja importância já levou a Viação Xavantã a criar uma linha de transporte ligando o centro de produção agrícola de Canarana à localidade às margens do Araguaia.



A Unidade Armazenadora em Canarana em Canarana com capacidade para 480.000 sacas de arroz, Na foto aparecem ainda parte da produção agrícola local.

BIBLIOGRAFIA

1. APRA, COOPERCANA, SINDICATOS RURAIS de Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana. *Reivindicações dos Produtores Rurais à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados*. Barra do Garças, 1983. Mimeo.
2. CARDOSO, F.H. & Muller, G. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
3. CARRION JR., Francisco. *A Economia do Rio Grande do Sul*. In: RS - Economia Política, org. José Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
4. COLONIZAÇÃO E CONSULTORIA AGRÁRIA. Barra do Garças: *Programa de Colonização de Cerrados do Norte Matogrossense*. Avaliação Preliminar. Barra do Garças, 1977, 20 p.
5. COOPERATIVA DE COLONIZAÇÃO 31 DE MARÇO LTDA. *Projeto de Colonização Canarana, 1972/73*. Barra do Garças, MT.
6. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MATO GROSSO. *Projeto Aripuanã, Colonização* (documento histórico). Cuiabá, 1976.
7. DACANAL, José H. & Gonzaga, Sérgio. *RS: Economia Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
8. FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e Propriedade. A Luta pela Terra em Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1984.
9. GUIMARÃES, Alberto P. *Quatro Séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
10. HEBETTE, Jean & Outros. *A Amazônia no Processo de Integração Nacional*. UFPa/NAEA, 1974.
11. IANNI, Otávio. *A Luta pela Terra*. São Paulo, Vozes, 1978.
12. ————. *Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia*. Rio de Janeiro, Vozes, 1979.
13. JATENE, Heliana da S. *Reabertura da Fronteira sob Controle: A Colonização Particular Dirigida de Alta Floresta*. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1983.

14. KAUTSKY, Karl. *La Questión Agrária*. Universidade Nacional Mayord San Marcos, 1972.
15. KINZO, Dayse. *Colonização e as Transformações na Estrutura de Classes - de Possesores a Colonos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 1982.
16. LENIN, V.I. *El Desarrollo del Capitalismo en Russia*. Barcelona, Ed. Ariel, 1974.
17. LOUREIRO, Maria R.G. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, 1981.
18. ————. *Parceria e Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
19. MARTINS, J.Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Rio de Janeiro, Vozes, 1984.
20. ————. *Expropriação e Violência*. São Paulo, Ed.Hucitec, 1980.
21. ————. *Frente Pioneira: Contribuição para uma Caracterização Sociológica*. In: *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Lv. Pioneira, 1975.
22. MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
23. MENEZES, Adriano. *O Problema da Colonização da Amazônia*. Rio de Janeiro, SPVEA, 1961.
24. MULLER, Geraldo. *A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60*. In: *RS: Economia Política, Dacanal e Gonzaga*, Porto Alegre, 1979.
25. PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
26. PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA. *Monografia do Município*. Canarana, 1982. Mimeo.
27. PRÓ-MEMÓRIA. *Canarana - Possesores, Peões e Colonos*. (Texto mimeo). Canarana, 1983.
28. ROWER, Orlando. *Assim Surgiu Canarana*. Barra do Garças, COOPER-CANA, 1978. Mimeo.
29. SILVA, José F.G. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.
30. ————. *Progresso Técnico e Relação de Trabalho na Agricultura Paulista*. Tese de Doutorado. UNICAMP-DEPE, Campinas, 1980, mimeo.
31. SILVA, Sérgio. *Agricultura e Capitalismo no Brasil*. Contexto nº 1. Hucitec, 1976.

32. SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
33. TAVARES, José Vicente. *Os Colonos do Vinho*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1978.
34. VELHO, Otávio. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
35. WANDERLEY, M. Nazareth. *Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira*. In: Araujo, J. Braz Coord. "Reflexões sobre a Agricultura Brasileira". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
36. ————. *Capital e Propriedade Fundiária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
37. ————. *Camponês: Um Trabalhador para o Capital*. UNICAMP, 1979. Mimeo.